



O campo como lugar de vida, trabalho e educação



# 9ª EDIÇÃO

**EXPEDIENTE:**

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, CAMPUS DE TERESINA.**

**Endereço: Universidade Federal do Piauí – Centro de Ciências da Educação (CCE).**

**Bairro: Ininga – Teresina – Piauí. CEP: 64049-550.**

**9ª edição: 2023. ISSN: 2675-5890**

**Equipe Responsável:**

**Profa. Dra. Raimunda Alves Melo, Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo e Prof. Dr. Jean Carlos Antunes Catapreta.**

**Colaboradores: Elaine de Oliveira Andrade, Franciane Rodrigues Viana, João Vítor de Andrade Santos e**

**Natália Pereira dos Santos.**

# EDITORIAL

A 9ª Edição do Inforcampo apresenta trabalhos que suscitam reflexões sobre o campo como lugar de vida, trabalho e educação, como espaço natural e cultural de ligação dos seres humanos com a produção das condições da existência social, como um ambiente de conflitos que mobilizam os camponeses em torno da posse da terra e de políticas públicas que promovam condições de vida digna.

Em âmbito das produções expostas nesta ferramenta de produção e comunicação de saberes e conhecimentos, que é o Inforcampo, o campo é reconhecido como espaço heterogêneo, marcado pela diversidade econômica, social e cultural, pela multiculturalidade e presença de fecundos movimentos sociais que lutam por projetos educativos desenvolvidos a partir da convivência e valorização das diferentes realidades camponesas.

No Brasil, historicamente, a ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses (Brasil, 2001)<sup>1</sup>.

Em contraponto a esta situação, a Educação do Campo propõe processos formativos, cujo propósito é a compreensão da realidade como relevante condição para a sua transformação, orientando que o conhecimento científico/escolar seja trabalhado em estreita relação com o contexto de vida, incentivando a pesquisa, a proposição de ações como forma de promover a relação teoria-prática.

A materialização dos propósitos da Educação do Campo implica no cumprimento da legislação pelos sistemas de ensino, que têm a obrigação de garantir o atendimento escolar sob a ótica do direito e respeito às diferenças e da garantia de políticas que promovam a equidade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão.

O processo de formação dos professores da Educação do Campo deve estar centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, aliada a múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores com capacidade e compromisso para garantir a implementação da Educação do Campo.

Com esse propósito, o Inforcampo oportuniza aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo vivências que articulam leitura, discussão, pesquisa e produção escrita, favorecendo a expansão do conhecimento para além do espaço acadêmico, alcançando as comunidades nas quais estão inseridos.

Nesta edição, além de textos de opinião relacionados à temática supracitada, outras temáticas, como segurança alimentar, geração de renda, fechamento de escolas, luta pela terra, são discutidas por meio de notícias, entrevistas e relatos que, em síntese, descrevem as formas de sobrevivência das populações camponesas e as lutas pela consolidação da Educação do Campo no meio acadêmico e comunitário. Também presentamos os leitores com a linguagem artística, através da produção de poesias e de desenhos de discentes e docentes da LEdoC, que oportunizam momentos de deleite, e de reflexão e crítica.

Assim, é com grande alegria que entregamos esta edição aos leitores e às leitoras do Inforcampo, desejando que aproveitem cada uma das seções, preparadas com muito carinho e responsabilidade!

Os editores

---

<sup>1</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica. Relatório do Parecer nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Relatora: Edla de Araújo Lira Soares. Aprovado em 04/12/2001. Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação e Cultura, 2001.

## O EDUCADOR

*João Vitor Andrade*  
*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação*  
*do Campo/ CCE- UFPI*



Sou poeta camponês.  
 Minha sina dou valor.  
 A inspiração vem da arte,  
 Da alegria e da dor.  
 As letras eu não conheço,  
 Mas tenho grande apreço  
 E valorizo o educador.

Não é da noite para o dia  
 Que brota um profissional,  
 Um Platão da educação,  
 Um ativo intelectual,  
 Pensante e transformador,  
 Que esqueça o lado sem cor  
 De um passivo sem moral.

As veredas são estreitas.  
 O caminho é comprido.  
 Não existe escola perfeita,  
 Tem educador comprometido  
 Que a luta não teme.  
 Um bom livro é seu leme,  
 O educar é seu partido.

Das regalias desse mundo,  
 O saber é o mais coerente.  
 Derruba toda muralha

E quebra qualquer corrente.  
 Constrói uma escola sem muro,  
 Nos sustenta no futuro,  
 No passado e no presente.

A educação é um talento.  
 É arte ser bom professor  
 Que educa para transformar.  
 Seu ensino é libertador,  
 Pois se o saber for comprimido,  
 O sonho do ente oprimido  
 É se tornar opressor.

Estudar e dar seu sangue  
 Faz parte de nossa vida.  
 Não tem um sábio no mundo  
 Que não tenha sua ferida  
 Para sentir e se orgulhar,  
 Que lhe faça lembrar  
 Do seu ponto de partida.

Educar é uma sina,  
 É moldar seu próprio destino,  
 Ser ombro amigo que ampara,  
 Fortaleza num dia fino.  
 Motivar quem não tem motivo,  
 Luzir o cérebro cativo,  
 Do saber ser peregrino.

A escola não é mar de rosa,  
 Tem sua alegria e seu cansaço.  
 O estudante também é único,  
 Tem sua história e seu traço.  
 Atenta que só o professor,  
 Mas é quem lhe dar vigor  
 Na mansidão de um abraço.

Não é só pelo dinheiro.  
 Não é pela alta posição.  
 Por um prenome chique  
 E o diploma de formação.  
 É pensar mais abrangente,  
 Que só muda o presente  
 Pelo poder da educação.  
 Ninguém sabe de tudo.  
 O caminho é de aprendizado.

Só quem sabe é Deus Pai.  
 Se comparar é um pecado.  
 Mas o saber é do curioso  
 Que por Deus, pai poderoso,  
 É diretamente moldado.

A educação é quem liberta.  
 Disso eu conheço bem.

Não sei de tudo na vida,  
Mas sei um pouquinho também.  
Que nessa penosa vida,  
Só quem prova da comida  
Sabe o sabor que ela tem.

O saber não é uma lagoa,  
É oceano grande e profundo  
Não muda tudo num dia,  
Em fração de um segundo.  
Do professor nutre a mente,  
E são esses, minha gente,  
Pessoas que mudam o mundo.

## PROFESSOR

*Francisco José Macêdo - Acadêmico do Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*



Obrigado, professor,  
Pela sua sinceridade!  
Sem você não existia  
Amor e nem dignidade.  
Professor, é só você  
Que tem consigo o poder  
De salvar a humanidade.  
Graças à sua existência  
E à sua brava missão,  
A vida ganha sentido,

Também emancipação.  
Professor, você pode crer,  
Se não existisse você,  
Não existia nação.

Você é a chave do sucesso,  
O pai da nação humana.  
É quem forma o indivíduo  
Pra vida ser mais bacana.  
Ôh, professor, vou te dizer:  
Em tudo se deve a você,  
Pela sua ação soberana.

Que é de compartilhar  
Amor e ensinamento.  
O fruto, colhe depois,  
Ao ver o desenvolvimento.  
Nisso, ele tem prazer,  
Porque, professor, só você  
Oferece conhecimento.

Como descobrir as coisas,  
Dando-nos a direção.  
Para que serve os neurônios?  
A tal ressignificação.  
Se existe e para que,  
Só o professor faz saber,  
Com a sua rica explicação.

Tendo ele cautela  
E paciência pra ensinar,  
Tem ele um lance de craque  
Pra o mundo revolucionar.  
Ensinando ele faz aprender  
O aluno a ler e escrever,  
Para as coisas conceituar.

Por isso, existem os conceitos,  
Bem como música para cantar,  
Porque, sem o professor,  
Como poderiam gravar?  
O professor é um ser  
Que atua pra valer  
Até na arte de rimar.

Integra a sociedade  
Como exemplo e cidadania,  
Educando o seu povo,  
Ensinando com maestria,  
Fazendo acontecer

Pra moral prevalecer,  
Em prol da democracia.

A sua metodologia  
É recheada de amor.  
E esse modelo didático  
Lhe faz grande educador.  
Por isso, te enaltecer  
É uma forma de reconhecer  
A sua importância, professor!

## A FOME NO BRASIL

*Francisca de Oliveira Costa; Francisco de Assis Gomes*  
*Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*



Para falar de fome no Brasil,  
Vamos chamar dois companheiros:  
Um mineiro e um nordestino,  
Que estudaram, mas nunca se conformaram  
Que a fome, em certos lugares, reina fortemente  
como a melodia de um hino.

Ao falar de fome,  
Podemos descrever diversos fatores.  
Porém, para Josué de Castro,  
Nada como mais banal,  
A fome é uma verdadeira catástrofe social.

Nosso outro companheiro, Herbert de Sousa ou  
Betinho,  
Fundou campanhas e ações de cidadania,  
Sempre na busca da melhoria.  
Criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e  
Econômicas,  
Uma ferramenta importante  
Para o diagnóstico dessa tirania.

Livros, como *Alimentação e Raça; Geografia e Geopolítica da Fome*,  
São obras de Josué de Castro.  
Já, *Estreitos Nós; Ética e Cidadania; e A Lista de Alice*,  
São crônicas de Betinho,  
Literaturas que fortalecem ainda mais este lastro.

Como consequência da colonização  
Está o subdesenvolvimento.  
Apoiando a reforma agrária,  
Podemos fazer da fome  
Algo de menos sofrimento.

Como já bem citado Josué de Castro, logo acima,  
Vamos encerrar com Betinho, que alerta:  
“o desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade”.

## ALIMENTO É UM DIREITO

(Paródia da Música “Que país é esse?”)

*Pedro Lucas Dias Oliveira; Raimunda da Silva Ferreira*  
*Acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*



Nas mazelas do Semiárido, fome pra todo lado.  
Ninguém aguenta essa situação.  
Qual será o futuro da nação?

Alimento é um direito (3X)

Bolsa família para ajudar a população carente,  
Cisternas implantar  
pro Nordeste prosperar.

Com o PAA, eu garanto alimento pro povo.  
PNAE tem importante papel,  
levar alimento pra escola,  
pra melhorar a educação.

Alimento é um direito (3X)

Agronegócio  
só vende pro exterior.  
Só pensam em ficar ricos, esquecem da população.  
Vamos salvar muitas almas alimentando o povão.

Alimento é um direito (3X)

## SABOR DE MÃE

*Raimunda Alves Melo – Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo / CCE- UFPI*



Mãe é cheiro de café quentinho no raiar do dia, de cuscuz de milho verde preparado com um desejo imenso de que, a cada dia, possamos ter coragem e determinação para enfrentar os desafios da vida.

Mãe é caldo de cana gelado em dias de calor. Ela sabe, como ninguém, as palavras certas para esfriar a nossa cabeça naqueles dias de absurdos, incompreensões e desilusões, em que o sangue corre quente em nossas veias.

Mãe é caldinho quente e bem temperado em noites frias e de tempestade, aquelas que parece que está tudo perdido e a vida se mostra sem sentido. Seu afeto aquece a nossa alma e esquenta os nossos corações gelados.

Mãe é baião de dois e ovo frito para os dias que precisamos de força, de coragem e fôlego para levantar cedo e enfrentar um longo dia de trabalho com sorriso no rosto.

Mãe tem cheiro de pipoca em tardes de filme e de bolo de laranja nos dias de domingo. É fartura nos almoços em família, chá de hortelã nas noites de febre, é lençol macio e cheiroso nos dias necessários de descanso. Mãe é encanto, é poesia, é proteção.

Mãe é o sal das lágrimas que molham nossos rostos nos dias de tristeza; é doce de leite para as horas de amargura; e sabe temperar com serenidade os diferentes momentos de nossas vidas, testando os sabores da compreensão e da alegria.

Mãe é pimenta forte nos dias em que cometemos erros, mas sabe, também, o momento certo de nos oferecer água gelada para aliviar o sabor ardente da consciência pesada diante de nossas falhas.

Mãe é o sentido da vida, a aprendizagem da cultura, o ensino da sobrevivência e o amor que não tem medida. O meu desejo é que toda maternidade se vista desses propósitos que são tão necessários para a sobrevivência humana e sucessão familiar.

Mãe possui todos os sabores que deixam a nossa vida mais saborosa e afetuosa.

## CAMPO-CIDADE

*Brenda Miranda Rodrigues; Maria Lusia Costa da Silva; Taiane Oliveira do Nascimento; Taís Santana Rodrigues*  
*Acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

Em relação a campo-cidade,  
Vamos falar a verdade:  
Prédios altos e ruas sem fim;  
E as vastas plantações  
Com muito capim.  
Na cidade, o tempo voa.  
No campo, a calma ecoa.  
A cidade vive, o campo sobrevive.  
Antes, pela sobrevivência.  
Hoje, pela conveniência.  
Enquanto a cidade dorme,  
O campo colhe.  
A cidade com seus fluxos;  
O campo com seus frutos.  
Atualmente, se faz capitalismo,  
Esquecendo a história do socialismo.



**O CAMPO COMO ESPAÇO DE VIDA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O QUE AS  
CIÊNCIAS DA NATUREZA TÊM A VER COM ISSO?**

Keylla Rejane Almeida Melo

Doutora em Educação pela UFU. Professora da LEDOC/UFPI, Campus Teresina

**T**emos repetido reiteradamente que o campo é lugar de vida, trabalho e educação e, por isso mesmo, território de disputa. Para uma compreensão mais profunda sobre esse aspecto, basta analisar os modelos de desenvolvimento que veem sendo implementados no contexto camponês ao longo da história do Brasil. Numa perspectiva hegemônica, pautada na lógica do capital, é reforçado um projeto de modernização para o campo centrado na permanência da concentração fundiária, da monocultura para exportação e da exploração desumana da força de trabalho. Projeto sustentado por meio de práticas insustentáveis de relação do ser humano com a natureza, devido, entre outros aspectos, ao uso de venenos químicos na produção, que polui o ar, a água, e empobrece o solo. Como consequência desse modelo, a vida no campo vai sendo inviabilizada, não apenas a humana, mas todas as formas de vida.

Em contraposição a essa lógica capitalista, a Educação do Campo propõe o fortalecimento da agricultura camponesa, que articula os saberes tradicionais dos agricultores a conhecimentos agroecológicos. Defende uma concepção de campo enquanto território de saberes e fazeres, que comporta uma diversidade de sujeitos e modos de sobrevivência. Ao contrário da lógica uniformizante do capital, as identidades dos territórios são valorizadas e potencializadas, cabendo à escola um papel fundamental nesse processo.

Assim, é preciso que o trabalho pedagógico se organize por meio de um viés que permita a compreensão do campo em suas múltiplas determinações: históricas, geográfico-espaciais, políticas, econômicas e sociais, em indissociável relação com a cidade. Para isso, é necessária a superação da fragmentação do saber e das práticas educativas, bem como a vinculação dessas práticas à história dos sujeitos e de seus contextos de vida, desvelando-se as contradições que permeiam as relações sociais. Portanto, é urgente que tomemos a vida no território, a prática social dos sujeitos, como ponto de partida do trabalho pedagógico nas escolas do campo. Por isso, a opção pela área do conhecimento sobrepõe-se ao ensino por disciplinas isoladas.

Neste texto, destacamos a área de Ciências da Natureza por ser esta a ênfase do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, onde atuamos como docente.

Para Nascimento e Sousa (2015), a ciência possui a marca dos seres humanos na busca de compreender e intervir no mundo. Portanto, os conhecimentos científicos estão situados na prática social, sendo uma construção humana em busca de responder a necessidades que vão surgindo ao longo da sua existência. Porém, como enfatizam Ghedin e Franco (2011), “[...] a ciência, ao mesmo tempo que proporcionou esclarecimento, libertação de antigos mitos, alargamento dos saberes e domínio sobre o ambiente, produziu condições de aniquilamento e de opressão da humanidade”. Nesse sentido, esta esteve a serviço das classes hegemônicas, como aquelas que sustentam a lógica do agronegócio. Cabe, portanto, a nós, educadores populares, desenvolvermos uma ciência com finalidades de humanização, na direção da emancipação, de libertação da condição de alienação a que são submetidos muitos sujeitos. Assim, o tipo de educação que oferecemos na escola do campo pode servir para a conformação desse modelo hegemônico ou para libertar/humanizar, na perspectiva freireana.

No contexto camponês, as Ciências da Natureza têm um enorme potencial por possibilitarem a compreensão de temáticas relacionadas ao meio ambiente, biodiversidade, fenômenos da natureza, processos físico-químicos do



cotidiano, entre outros, por meio da contextualização, que oportuniza a construção de ideias e conceitos vinculados socialmente, o que leva, por exemplo, à ampliação da consciência sobre os malefícios causados pelo agronegócio e a urgência de investimentos numa forma de produção sustentável humana e ambientalmente.

Para tanto, a área de Ciências da Natureza sozinha não dará conta de um ensino emancipatório, que promova aprendizagens direcionadas à transformação social. Por isso, como observa Braudel (2015), é preciso partir da sociedade para a compreensão da natureza, pois esta, para ser compreendida atualmente, deve ser estudada à medida do ser humano, que tem provocado grandes impactos no meio ambiente, os quais resultam em consequências nefastas inevitáveis para a vida do planeta. Assim, é fundamental o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento para a definição de um currículo que se vincule à produção da vida dos camponeses, com a construção de formas de trabalho no campo que superem a lógica do mercado.



Caldart (2011) orienta que, para além da discussão da organização do ensino/aprendizagem por área, é basilar compreendermos a necessidade de transformação da forma escolar atual, que é pautada na fragmentação de conteúdos, homogeneização de processos educativos e no trabalho individual e isolado dos/as docentes. Nessa direção, corroboramos com Freire (1987, p. 51), quando afirma que “a ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar ‘quase natural’”.

Por isso, é preciso acreditarmos que outras formas de organização escolar são possíveis e urgentes. A Educação do Campo propõe colocar a vida como centralidade da organização dos processos educativos. A vida não apenas enxergada em sua definição biológica ou de vincular a natureza apenas à ideia de biodiversidade e “recursos naturais”, pois, dessa forma, os conteúdos são trabalhados de forma isolada, que não permitem a compreensão crítica da realidade. Ao contrário disso, é crucial compreender a vida como permeada pela cultura, pela identidade, pela história, pela formação do território. O desafio é transgredir essa lógica de organização fragmentada.

Recorremos a Leff (2020) para compreendermos que o território, ou *habitat*, é bem mais que o meio biológico, pois nesse espaço são desenvolvidas atividades produtivas, culturais, estéticas e afetivas. Portanto, o habitat é o lugar de vivências construídas com a matéria da vida, é lugar de

vivências subjetivas. Vivências marcadas por práticas contínuas de transformação da natureza, a partir de identidades culturais diferenciadas. Assim, o ambiente comporta um conjunto de processos ecológicos, produtivos e culturais que são fundamentais para a compreensão das complexas relações sociedade-natureza (LEFF, 2020).

Na perspectiva da Educação do Campo, o livro didático não pode ser o organizador do conhecimento a ser trabalhado. Ao contrário, é fundamental que esta ferramenta seja apenas um instrumento de pesquisa, e o conteúdo que o livro apresenta precisa ser contextualizado, questionado, problematizado com os estudantes. Por isso, a pesquisa deve ser permanente na prática docente, que, para ensinar, precisa aprofundar seus conhecimentos sobre o que vai ensinar e sobre como abordar esses conteúdos para que os/as educandos ampliem sua consciência do mundo, articulando teoria e prática, os conhecimentos científicos às suas vivências, o local ao global.

Assim, a investigação da realidade aparece como uma prática fundamental, que coloca os/as educandos/as em atividade constante de curiosidade, indagação, busca, questionamento, levando à constatação, à intervenção, à socialização de descobertas, à troca de ideias, de formas de compreensão, interpretação e explicação do que acontece em sua realidade e no mundo. Nesse sentido, as Ciências da Natureza, com seus conhecimentos biológicos, químicos e físicos, podem contribuir em grande medida para o desenvolvimento de métodos de pesquisa que auxiliem os/as estudantes nesse processo de construção de conhecimento.

Diante do exposto, retomamos a indagação: o que as Ciências da Natureza têm a ver com a compreensão do campo como lugar de vida, trabalho e educação? Os/as docentes das ciências que integram esta área, ao planejarem, inter e/ou transdisciplinarmente, atividades problematizadoras da realidade, que exijam pesquisa, criação, reflexão, argumentação, etc., relacionando os conhecimentos científicos ao contexto de vida dos/as estudantes, podem possibilitar um processo de ensino-aprendizagem que afirme as identidades dos sujeitos camponeses,

fortalecendo os movimentos sociais e as lutas camponesas, politizando o currículo e a docência, por meio da articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento político.

## REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. Trad. Guilherme Ribeiro. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015, p. 612-639.

CALDART, R. S. Licenciatura em Educação do Campo e o Projeto Formativo: qual o lugar da docência por área? In. CALDART, R. et al. (Orgs.). **Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

NASCIMENTO, F. P. do; SOUSA, F. L. L. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2015.

## CONTEXTUALIZANDO O ENSINO DE CIÊNCIAS: RELAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS COM O CORPO HUMANO

*Maria Laura Lopes Silva*

*Egressa do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina*

*Maria Jaislanny Lacerda e Medeiros*

*Doutora em Biologia vegetal pela UFPE. Professora da LEDOC/UFPI, Campus Teresina*

A utilização das ervas medicinais acontece desde os primórdios da civilização, quando muitas famílias as tinham como auxílio para a cura de males. De acordo com Guarim Neto (2006), as ervas medicinais sempre foram utilizadas, especialmente pela riqueza de espécies vegetais existentes no Brasil.

Porém, essa temática dificilmente é relacionada com o ensino de Ciências nas escolas, sobretudo no ensino fundamental, sendo o assunto pouco abordado e contextualizado pelos docentes em sala de aula. Além disso, o interesse dos estudantes pela botânica é reduzido, como mencionado por Silva (2008), o que proporciona um conhecimento superficial sobre o tema em questão.

Desse modo, tendo em vista que é comum o uso da medicina popular em comunidades camponesas, bem como é importante conciliar o cotidiano do estudante com a aprendizagem escolar, este trabalho aliou os conhecimentos e valores culturais sobre as plantas medicinais com o ensino de Ciências para despertar o interesse dos discentes pela Botânica, tanto pelo uso da fitoterapia quanto pelo seu efeito no corpo humano.

A atividade ocorreu na Unidade Escolar Luiz de Sousa Cavalcante, situada na comunidade Bela Vista, a 25 km da sede do município de Piri-piri-PI, sendo desenvolvida com 25 estudantes do 8º ano do ensino fundamental. Antes da intervenção na escola, houve uma pesquisa de campo com 31 moradores das comunidades camponesas próximas à escola, Várzea I e II, investigando o conhecimento sobre as plantas medicinais a partir do conceito e uso desses vegetais.

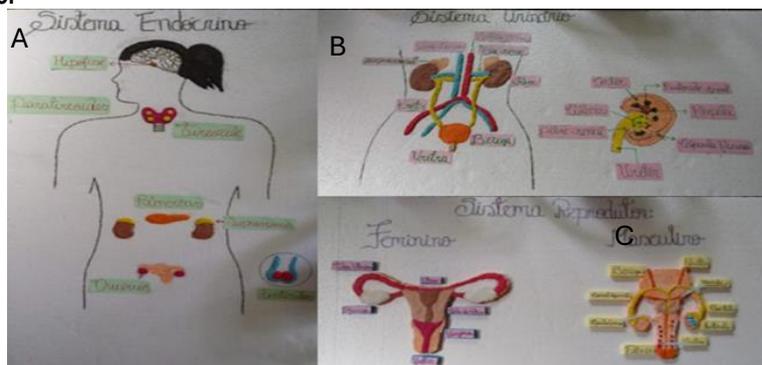
Na escola, o trabalho foi dividido em dois momentos: Momento I – realizou-se uma roda de conversa sobre plantas medicinais com demonstração de imagens (fotografias) de algumas plantas citadas pelos moradores. Em seguida, foi aplicado questionário (pré-teste) para analisar sobre as aulas, atividades práticas e aspectos referentes

às plantas; Momento II – houve a contextualização do uso das plantas medicinais usadas no Momento I e seu efeito em alguns sistemas do corpo humano.

Outra roda de conversa foi realizada com os sistemas digestório, respiratório, esquelético, dentre outros. Também foi abordado sobre os órgãos que poderiam ser afetados por doenças mencionadas pelos moradores e que são tratados com plantas medicinais utilizadas na pesquisa.

Posteriormente, a turma foi dividida em grupos para realização da atividade prática, utilizando as imagens do Momento I e os modelos didáticos confeccionados com massa de modelar e isopor (Figura 1A-C).

**Figura 1 – Modelos didáticos de sistemas do corpo humano usados na atividade prática da intervenção na escola. A – Endócrino, B – Urinário e C – Reprodutor**



Fonte: Autores (2023).

A atividade prática aconteceu por meio de uma dinâmica com perguntas sobre exemplos de enfermidades nas quais as plantas desempenham suas ações terapêuticas. Dessa forma, os alunos puderam descobrir em qual órgão as plantas agem, podendo colar a imagem da erva sobre o órgão dos diferentes sistemas orgânicos. Para finalizar o Momento II, foi aplicado o mesmo questionário, com adição de perguntas referentes à opinião dos estudantes sobre a atividade prática realizada: o que mais chamou atenção e se houve melhora na aprendizagem (pós-teste).

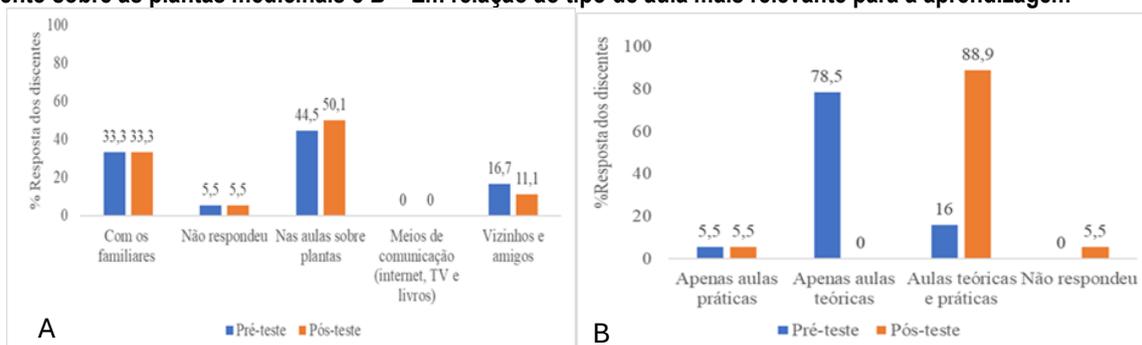
Foi utilizada pesquisa descritiva, com aprofundamento de ideias tanto do método quantitativo como do qualitativo. As entrevistas e os questionários serviram como análises da interpretação dos dados. As respostas foram analisadas e algumas comparadas. Em seguida, os dados foram tabulados, construindo-se gráficos para melhor interpretação dos resultados.

De acordo com os dados dos camponeses, foi possível averiguar amplo conhecimento sobre as plantas medicinais, o que favoreceu a intervenção na instituição de ensino, pois 100% sabiam o conceito dessas ervas. Quanto à frequência de consumo, 84,3% faziam uso, enquanto 15,7% não usavam de forma contínua. No que tange ao conhecimento de plantas medicinais indicadas para tratamento/cura de doenças e seu modo de preparo, foi verificada ampla diversidade, sendo que 14 delas fazem parte da Relação Nacional de Plantas de Interesse ao SUS (RESINUS). Alguns participantes citaram a mesma planta para diferentes problemas, além de diferentes plantas serem indicadas para tratamento da mesma doença.

Nessa perspectiva, o estudo da Botânica é relevante para toda a população, pois se relaciona aos diversos processos desempenhados pelas plantas e pelos benefícios que trazem para a vida dos seres vivos. Essa temática, no entanto, não é abordada continuamente pela sociedade em geral, e, especificadamente, em ambientes escolares.

Nesse contexto, e pensando na contextualização do ensino de Ciências, foi enfatizada a ação terapêutica desses vegetais. Em relação à opinião dos discentes sobre qual tipo de aula é mais relevante para aprendizagem, de início, apenas 16% escolheram aulas teóricas e práticas, resultado que pode ser justificado pela ausência de aulas práticas na escola; posteriormente, houve aumento significativo dos que preferiam essa opção (88,9%, Figura 2A). Dessa forma, percebeu-se a mudança de opinião em relação à importância das atividades práticas para a aquisição de conhecimento, que, para alguns estudantes, esse tipo de aula não era conhecido.

Figura 2 – Respostas dos discentes da Escola Municipal Luiz de Souza Cavalcante, Piripiri-PI. A – Quanto à aquisição do conhecimento sobre as plantas medicinais e B – Em relação ao tipo de aula mais relevante para a aprendizagem



Fonte: Autores (2023)

A respeito de como adquiriram conhecimento sobre plantas medicinais, ressaltou-se a aprendizagem nas aulas de botânica, 44,5%, com aumento desse valor no pós-teste (Figura 2B), confirmando a importância do elo teoria e prática para a aprendizagem. Belotti e Faria (2010) citam que as aulas práticas, da mesma maneira que ajuda na construção de conhecimentos científicos e interação dos discentes, também permitem o desenvolvimento social dos indivíduos e como podem criar soluções para situações complexas.

Sobre a relação de alguns sistemas do corpo humano (digestório, respiratório, cardiovascular e urinário) com os seus respectivos órgãos, observou-se, no primeiro momento, que 72,2% da turma acertou todas as relações; 16,7% acertou duas relações e 11,1% acertou apenas uma relação. No pós-teste, 100% da turma apresentou resultado positivo, respondendo de forma correta todas as relações.

Ao final da intervenção na escola, foi questionado se a atividade prática melhorou a aprendizagem em relação ao efeito das plantas medicinais no corpo humano, reforçando o ensino dos sistemas, e todos asseguraram que “sim”. Resposta justificada da seguinte forma: 33,3% mencionaram que a atividade chamou atenção para o estudo das funções das plantas em relação aos problemas de saúde; 28% ressaltaram a recapitulação dos conteúdos; 16,7% demonstraram ter enriquecido os conhecimentos sobre a temática (plantas medicinais); 11% falaram que a atividade prática despertou mais atenção, quando comparada a outras aulas; 5,5% citaram que melhorou a explicação do sistema urinário; enquanto apenas 5,5% não justificaram.

Assim, constatou-se como uma aula diferenciada estimula a aprendizagem e chama a atenção dos alunos, tanto por ser atraente, quanto por ser próxima às situações do cotidiano.

Pelos resultados, evidenciou-se que os moradores adquiriram conhecimentos sobre as plantas medicinais por meio de seus antepassados, diferente dos alunos desta pesquisa, que obtêm mais conhecimentos nas aulas de Botânica. Além disso, os discentes apresentaram melhor desempenho sobre os temas abordados após a intervenção na escola.

Destarte, salienta-se a importância da interdisciplinaridade no ensino de Ciências, sendo notório, ainda, a relevância do resgate da medicina popular, devido as aulas inovadoras e facilitadoras no ensino, bem como pelo bem estar da população, sobretudo campesina.

## REFERÊNCIAS

BELOTTI, S. H. A.; FARIA, M. A. Relação professor-aluno. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Roque, v. 1, n. 1, p. 01-12, 2010.

GUARIM NETO, G. O saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 17, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3025/1747>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, P. G. P. **O ensino da botânica no ensino fundamental**: um enfoque nos procedimentos metodológicos. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2008.

# RESENHA DO CADERNO PEDAGÓGICO DE CIÊNCIAS NATURAIS

MELO, Raimunda Alves [et al.]. **Caderno pedagógico de ciências naturais**. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2023.

Os conhecimentos oriundos das Ciências Naturais contribuem para a compreensão da natureza e de seus fenômenos de maneira mais coerente, favorecendo a compreensão de fatos e acontecimentos do cotidiano. Entretanto, as pesquisas evidenciam que ainda há a predominância nas escolas de um ensino com viés tradicional, que valoriza a memorização e reprodução dos conhecimentos escolares.

Para mudar essa realidade, é necessário desenvolver um ensino de Ciências que tenha, como prioridade, a participação ativa dos estudantes no processo de produção e socialização de conhecimentos. A Educação no Campo recomenda que o professor, em parceria com os estudantes e comunidades, selecionem temas com base no estudo do lugar onde vivem, de modo a favorecer a problematização da realidade local e propor formas de intervenção.

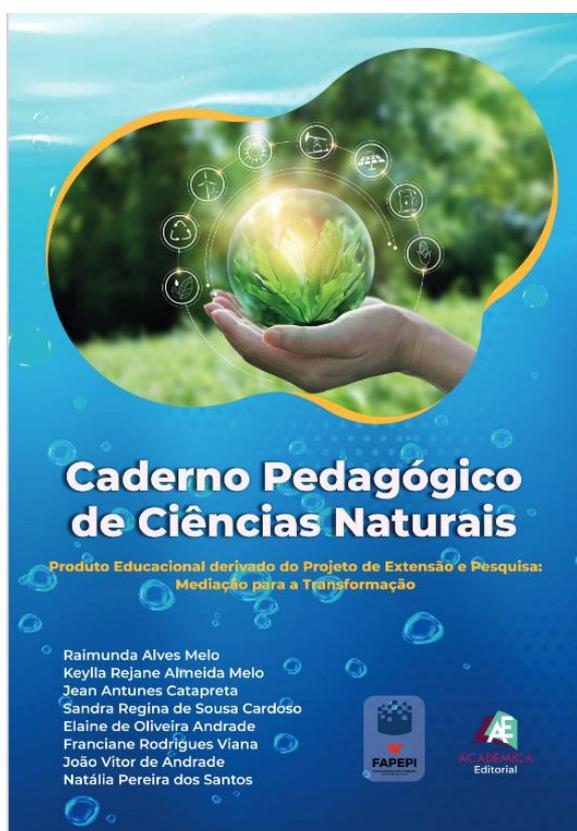
O livro intitulado “Caderno Pedagógico de Ciências Naturais”, derivado das ações do Projeto de extensão e pesquisa: Mediação para a Transformação, publicado no ano de 2023, tem como objetivo apresentar direcionamentos básicos aos/as professores/as de Ciências do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com vistas a desenvolverem metodologias contextualizadas e significativas para os estudantes do campo.

São autores da obra: a Profa. Dra, Raimunda Alves Melo. A Profa. Dra, Keylla Rejane Almeida Melo. O Prof. Dr. Jean Antunes Catapreta, a Profa. Dra, Sandra Regina de Sousa Cardoso, e os acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Elaine de Oliveira Andrade, Franciane Rodrigues Viana, João Vitor de Andrade e Natália Pereira dos Santos.

O Caderno Pedagógico possui uma linguagem simples e de fácil entendimento. Encontra-se organizado em 12 (doze) capítulos, incluindo-se a Apresentação e a Conclusão. Cada capítulo traz várias sugestões de atividades que podem ser utilizadas dentro e fora de sala de aula, visando estimular a participação dos estudantes e materializar os princípios da Educação do Campo. Para a construção dos capítulos, os autores realizaram a pesquisa bibliográfica.

A Introdução contempla uma breve apresentação do Caderno Pedagógico, faz esclarecimentos sobre o Projeto Mediação para a Transformação, que é desenvolvido com o apoio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da FAPEPI – PIBIC, e descreve os objetivos do livro e sua relação com os propósitos da Educação do Campo.

O capítulo I, com a denominação “O ensino de Ciências no Brasil: aspectos históricos e curriculares”, apresenta uma discussão sobre a história do ensino de Ciências e suas principais tendências, e descreve as proposições da Educação do Campo para a área de Ciências da Natureza. Esta contextualização é importante, pois proporciona reflexões sobre a influência das pedagogias liberais nas atuais práticas escolares. O texto apresenta dois subtítulos, o primeiro, denominado: “O ensino de Ciências Naturais segundo a BNCC”, destaca as proposições desse



documento curricular normativo para a organização do ensino de Ciências da Natureza. O segundo tem como denominação: “Educação do Campo e especificidades do ensino de Ciências”, e esclarece que, apesar da BNCC não fazer referências específicas para o trabalho nas escolas do campo, os professores devem estar atentos a essa questão, promovendo um trabalho significativo que proporcione uma visão crítica e transformadora da realidade.

O capítulo II, denominado “Metodologias para o ensino de Ciências em escolas do campo”, discute a importância de se escolher com intencionalidade as metodologias de ensino, de forma a garantir a aprendizagem dos alunos. O texto esclarece sobre quais critérios devem ser levados em consideração no momento dessa escolha, ou seja, os cuidados necessários para selecionar estratégias metodológicas que promovam a participação ativa dos estudantes. O capítulo mostra, ainda, a importância de uma prática pedagógica que se apropria de variadas estratégias metodológicas que dialoguem com as concepções da Educação do campo. Os capítulos seguintes apresentam metodologias que se coadunam com os princípios da Educação do Campo, focando na garantia do direito à aprendizagem.

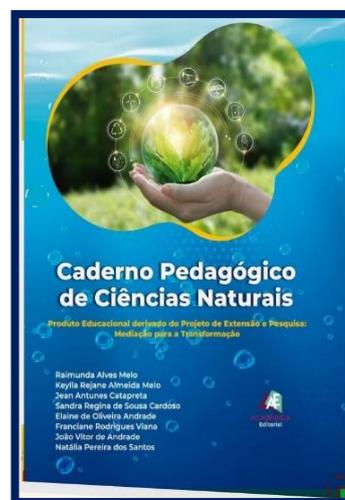
No capítulo III, intitulado “Os projetos didáticos no ensino de Ciências”, apresenta as vantagens desta metodologia para a concretização dos pressupostos da Educação do Campo, entre os quais, destacam-se: a valorização das experiências dos educandos; a problematização e estudo da realidade; a proposição de intervenções;

a horizontalidade na relação professor-aluno, favorecendo um ensino significativo e voltado para os anseios e as necessidades dos estudantes.

O capítulo IV, “As sequências didáticas no ensino de Ciências”, apresenta esta tecnologia como proposta que estimula o interesse dos estudantes, favorecendo uma aprendizagem significativa, pois permite dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. O texto salienta a importância das sequências didáticas nas aulas de Ciências, bem como os principais passos para a sua elaboração.

O capítulo V, com denominação: “Os experimentos no ensino de Ciências”, discute a importância desta estratégia metodológica para a aproximação dos alunos com as formas de

produção do conhecimento científico, destacando a sua relevância para a relação teoria-prática, estimulando os alunos a desenvolverem hipóteses, investigação, análise dos fatos observados, dentre outras possibilidades.



seu desenvolvimento, salientando que promove o aprendizado de novos conhecimentos, estimula a adoção de hábitos alimentares saudáveis, reconhecendo e valorizando a variedade de alimentos cultivados no campo, indo ao encontro das proposições da Educação do Campo.

“As feiras de Ciências” são o foco do Capítulo VIII, que apresenta informações sobre como podem ser construídas nas escolas no campo e como possibilitam aos estudantes pesquisar, elaborar questões e desenvolver atitudes que podem mudar o seu cotidiano, através das experiências vividas na e com a horta. Além de promover uma socialização entre os alunos, as feiras promovem situações de ensino que ocorrem fora da sala de aula.

O capítulo IX tem como título "Aulas de campo no Ensino de Ciências", destacando que os professores são mediadores dessa atividade, através da qual os alunos aprendem de forma significativa, valorizando os conteúdos escolares e a sua relação com a cultura da comunidade onde vivem.

O capítulo X, "Avaliação da aprendizagem no ensino de ciências", trata sobre a importância de avaliar para compreender o nível de aprendizagem dos estudantes, o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento, e como os resultados coletados podem subsidiar a tomada de decisões metodológicas que ajudem a garantir a aprendizagem dos educandos. O texto esclarece as finalidades da avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) e apresenta alguns instrumentos que podem ser utilizados pelos professores, apontando as vantagens de cada um. Por fim, o capítulo discute as especificidades da avaliação da aprendizagem nas escolas do campo, apontando para um processo avaliativo inclusivo e formativo.

A Conclusão apresenta os anseios dos autores sobre os diferentes usos do Caderno Pedagógico, enfatizando a necessidade de os educadores materializarem os princípios da Educação do Campo. Também busca despertar e incentivar os leitores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que garantam aos educandos aprendizagens significativas e contextualizadas.

Desse modo, o Caderno Pedagógico contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades do campo, propondo metodologias e estratégias que facilitam o processo de ensino e aprendizagem. Em cada metodologia apresentada, os autores tiveram o cuidado de apresentá-las com clareza, explicando a sua importância e relação com o que propõe a Educação do Campo, orientando como desenvolvê-las em suas aulas, apresentando micro experiências ilustradoras de como colocá-las em prática. Assim, o Caderno Pedagógico é uma proposta interessante e importante para os docentes de Ciências que atuam em escolas do campo.

**Elaine de Oliveira Andrade** - Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella. Técnica em Agropecuária pela Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA). Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – Fapepi.

**Natália Pereira dos Santos** – Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – Fapepi.

# TEORIA E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

POLON, Sandra Aparecida Machado. **Teoria e metodologia do ensino de Ciências**. UNICENTRO: Paraná, 2012.

Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação infantil e séries iniciais.

O livro intitulado: Teoria e metodologia do ensino de Ciências encontra-se estruturado em 7 (sete) capítulos que, em conjunto, abordam metodologias para o ensino de Ciências na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, ressaltando a importância dos conhecimentos da área de Ciências da Natureza para a formação humana, traçando uma linha do tempo com os acontecimentos históricos que influenciaram a forma como



estes conhecimentos veem sendo trabalhados nas escolas ao longo da história e quais teorias fundamentam as práticas desenvolvidas. Trabalhar esses aspectos é relevante para a formação dos professores, pois proporciona um olhar mais crítico acerca do papel da docência na garantia de uma educação de qualidade.

Citando Cegalla (2005) e Polon (2012), a autora explica que é possível definir, pelo menos, cinco conceitos para Ciências. O primeiro, compreende-a como um conjunto de conhecimentos adquiridos a partir de observações ao longo da história humana; o segundo, como um campo de estudo; o terceiro, como conhecimento, informações a serem socializadas; o quarto, como uma arte ou técnica; e o quinto, como uma disciplina escolar.

Polon (2012) destaca a importância de trabalhar os conhecimentos de Ciências desde a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, da Educação Infantil, pois os conhecimentos desta área colaboram para a compreensão do mundo e de suas transformações, assim, os estudantes podem se reconhecer como parte da sociedade e perceber a sua influência no meio ambiente, as consequências que seus atos podem trazer para vida.

Tendo como principal preocupação discutir a necessidade de rompimento com a visão simplista e elitista de que as ciências são de domínio de poucos e, ao mesmo tempo, colaborar para que seja compreendida como uma interpretação do mundo, Polon defende que a abordagem dos conhecimentos deste campo do saber seja articulada com a política, tecnologia, economia e a cultura, pois os conhecimentos desta área possuem estreita relação com os modelos de desenvolvimento e sistemas de produção.

A autora ressalta que as preocupações com a educação devem ultrapassar os muros das escolas e trazer à baila as questões que se encontram diretamente relacionadas à vida social, política, econômica e cultural do povo. Isso é importante, pois a educação tem o poder de mudar a vida das pessoas, por isso, todos os setores da sociedade devem preocupar-se com os processos formativos e as suas finalidades e implicações para a sociedade que se deseja formar.

Polon salienta que a escola e os professores devem tomar cuidado e refletir criticamente sobre as metodologias e as práticas pedagógicas, de modo a possibilitar que os alunos exerçam a sua autonomia e se emancipem, percebendo que influenciam no curso da história do mundo. Um importante aspecto nesse processo é trabalhar os conteúdos relacionando-os com os fatos relevantes para a vida em sociedade, possibilitando que os alunos formulem pensamentos críticos na sua relação com a natureza e com a sociedade.

O livro também aborda sobre a formação de professores, associando a qualidade da educação com os processos formativos e as condições de trabalho em que atuam esses profissionais. Segundo Polon, atualmente, muito se discute sobre a importância do professor na educação e na construção de uma sociedade mais justa e

democrática. E que, de acordo com as mudanças na sociedade, são exigidos novos saberes para esses profissionais. Outrossim, é imprescindível que os educadores tenham uma formação profissional adequada. Entretanto, destaca esta pesquisadora, somente os conhecimentos adquiridos durante a graduação não são suficientes para lidar com a realidade encontrada na sala de aula, fazendo-se necessários investimentos em formação continuada.

O livro enfatiza as mudanças no contexto escolar, indicando que o papel da escola vem sofrendo alterações ao longo da história, e que estas mudanças procuram atender as demandas sociais, políticas e econômicas vividas pela sociedade em cada período histórico. Destaca que, atualmente, com o avanço da tecnologia, abrem-se novos espaços de socialização de conhecimentos, além da escola. De modo que os professores devem adotar a pesquisa como ferramenta de trabalho, buscando atualizações e promovendo situações de ensino em que os estudantes pesquisem, apliquem e ressignifiquem seus saberes. Assim, a formação deve sempre orientar formas de trabalhar o conhecimento escolar a partir da seleção, organização e produção de saberes, que devem estar em constante avaliação, pois há mudanças constantemente.

Por fim, salienta que na formação dos professores para o ensino de Ciências na primeira e segunda etapa da educação básica, é necessário compreender que um dos principais aspectos a serem considerados é proporcionar condições que os levem a investigar os problemas de ensino e aprendizagem que surgem em sua própria prática docente e intervir para garantir a aprendizagem dos estudantes.

Diante das transformações sociais e da complexidade da realidade, é fundamental não ignorar a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento social, econômico e cultural da população, mas é necessário que seja analisado o seu papel na vida cotidiana. E os professores devem refletir sobre essas transformações e o papel que a ciência e a tecnologia desempenham na sociedade.

O professor deve saber ensinar, saber preparar e dar uma boa aula, mas além disso, deve ter domínio dos conteúdos e permitir que os alunos desenvolvam autonomia e pensamento crítico, relacionando-os aos conceitos políticos, culturais, econômicos e sociais, revendo atitudes e valores, e garantindo que os conhecimentos escolares/científicos sejam utilizados em benefício do bem comum.

Em síntese, o livro Teoria e metodologia do ensino de Ciências, de autoria de Sandra Aparecida Machado Polon, contempla conhecimentos que contribuem para a formação inicial e continuada de professores de Ciências.

**Elaine de Oliveira Andrade** - Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciência da Natureza da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella. Técnica em Agropecuária pela Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA). Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

**Natália Pereira dos Santos** – Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

**Franciane Rodrigues Viana** - Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella. Técnica em Agropecuária pela Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA). Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

**João Vitor de Andrade** - Graduando do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella. Técnico em Agropecuária pela Escola Família Agrícola Santa Ângela. Bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES –UFPI). Voluntário do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – APEPI.

**ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO APRESENTAM RESULTADOS DE PESQUISAS EM EVENTO NACIONAL**

*João Vitor Andrade -  
Franciane Rodrigues Viana -  
Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

Os discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), João Vitor Andrade, Elaine de Andrade e Franciane Rodrigues, participaram do Congresso Nacional de Educação (Conedu), realizado em João Pessoa-PB, no período de 12 a 14 de outubro de 2023. Este Congresso é reconhecido nacionalmente por sua relevante contribuição na socialização de conhecimentos sobre a educação básica e superior. Em sua IX edição, o Conedu trouxe como tema: “Educação para a sociedade: Ciência, Tecnologia e Sustentabilidade”, tendo uma programação rica e diversificada, contando com a presença de nomes ilustres da educação nacional e internacional.

Imagem 1: Bolsista Elaine de Andrade



Imagem 2: Bolsista Franciane Rodrigues



Imagem 3: Voluntário João Vitor Andrade



Na ocasião, os estudantes supracitados apresentaram resultados de estudos desenvolvidos em âmbito do Projeto Mediação para a Transformação, coordenado pela Profa. Dra. Raimunda Alves Melo. Este projeto vem sendo apoiado pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), e tem como propósito melhorar a qualidade da educação básica no campo por meio de ações integradas, cujo eixo principal é a formação continuada de dirigentes municipais de educação, gestores, coordenadores e professores.

Com o intuito de apresentar os resultados da pesquisa-ação de implementação do Projeto Mediação para a Transformação, os acadêmicos publicaram dois artigos, um tratando sobre a formação de dirigentes municipais de educação, presidentes de conselhos e coordenadores institucionais; e outro sobre a formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos.

Além das apresentações que aconteceram no último dia de Congresso, os estudantes tiveram a oportunidade de participar de várias palestras e minicursos, entre os quais destacam o minicurso: “Colocando a mão na massa: um laboratório itinerante nas aulas de física e geografia”.

As palestras mais aguardadas foram as realizadas pelos palestrantes Prof. Dr. Antônio Sampaio Nóvoa (Universidade de Lisboa), a da Profa. Dra. Jussara Hoffmann e do Prof. Dr. José Carlos Libâneo (PUC-Goiás).

O primeiro palestrante realizou a abertura do evento no auditório Conedu Conexões, abordando o papel do professor na atualidade como profissional responsável pela formação humana, afirmando que “o professor não é um facilitador, tampouco um tutor, o professor é um professor”. Durante a tarde do dia 12, a Profa. Dra. Jussara Hoffmann lotou o auditório com uma palestra sobre a importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, enfatizando que uma educação de qualidade só pode ser feita com um ensino aliado à uma avaliação capaz de avaliar significativamente o conhecimento adquirido pelos estudantes. No segundo dia de evento (13/10), o Prof. Dr. José Carlos Libâneo palestrou sobre a importância da Didática para uma educação significativa e para a formação do professor que faça frente aos desafios enfrentados pela docência nas escolas públicas do Brasil.



Durante os dias do evento, diversos estudiosos contribuíram de maneira significativa com discussões a respeito da necessidade de políticas públicas capazes de garantir uma educação de qualidade, socializando um leque de conhecimentos e experiências de sucesso que promovem metodologias de ensino que buscam despertar o interesse dos estudantes, trabalhadas a partir da realidade da escola.

## TRAJETÓRIA DO GRUPO DE TEATRO DA LEDOC/CIÊNCIAS DA NATUREZA/CAMPUS TERESINA-PI

*Elais do Nascimento Santos*  
*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI.*  
*Francisco Robert Santos de Souza*  
*Egresso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE - UFPI*  
*Teatrólogo*

O Teatro na LEdoC é um projeto de extensão voltado para os alunos licenciandos em Educação do Campo/ Ciências da Natureza (LEdoC), ofertado no Campus Universitário Petrônio Ministro Portella, Teresina-PI, coordenado pela Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo e o Prof. Dr. Luiz Jesus Santos Bonfim, tendo como ministrante, o Prof. Teatrólogo Francisco Robert Santos de Sousa. Atualmente, 23 alunos participam das ações, objetivando consolidar o grupo permanente de teatro da LEdoC.

O teatro refere-se a uma das formas de arte, composta por um ou mais autores, em que há interpretação, simulações, além do estudo de diversas obras em abrangentes áreas.



O estudo de textos dramáticos sempre se constitui num momento de descobertas. Os temas são diversos: amor, morte, religião, sexo, poder, miséria, luta de classes, racismo, opressão, entre outros. Qualquer que seja a peça escolhida, o grupo sempre fará um estudo, abrangendo Filosofia, Psicologia, Linguística, Sociologia, História e Política. (Reverbel, 1993, p.12)



Na LEdoC, o teatro, além de promover arte e estudos de obras, vem como uma forma instigadora para os alunos em Educação do Campo, visto que o curso em si provém de lutas de movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras camponeses. Os encontros são um momento de diálogo e aprendizagem, é um espaço que integra a todos, onde os alunos têm a oportunidade de expressarem sentimentos e pensamentos de diferentes formas. Segundo Moral-Barrigüete e Guijarro (2021, s/p): “O drama apresenta múltiplas possibilidades para promover e melhorar as habilidades de comunicação, literária e emocional”.

Partindo desse pressuposto, o teatro para os alunos da LEdoC é de extrema importância, tanto para a vida acadêmica, como também para vida pessoal, pois envolve muita ludicidade, onde há troca de saberes e fazeres. Os alunos conseguem interagir, compreender e participar das atividades e estudos propostos, além de fazerem as atividades com bastante empolgação e vontade de aprender cada vez mais.

O curso de Educação do Campo/Ciências da Natureza organiza-se em dois tempos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). O grupo de teatro foi iniciado ainda no TC, no ano de 2022, com a divulgação do curso de extensão pela professora coordenadora e através de convites aos alunos da LEdoC por via Whatsapp.

Após o início da formação do primeiro grupo, houve as aulas presenciais do grupo durante o período do TU, e ali começaram os encontros no Colégio Técnico de Teresina (CTT), na UFPI.

O professor ministrante procura sempre ir duas vezes na semana a cada período do TU, com encontros das 19:00 às 21:00 horas. Durante os encontros, os coordenadores fazem-se presentes, juntamente com os alunos.



As aulas sempre são bem desenvolvidas, com atividades lúdicas, que promovem aos estudantes um momento prazeroso, divertido, onde estes podem se expressar, trocar diferentes ideias, experiências e, mesmo, suas vivências.

Assim, ao longo do projeto, tem-se obtido resultados importantes para o crescimento do grupo. Os alunos estão sempre ativos para participarem das atividades e dos encontros, e, de fato, a expansão do teatro vem acontecendo a cada período que se passa.

A cada encontro, os discentes são instigados a participarem cada vez mais. Devido os alunos passarem o dia em aulas da universidade, relatam que à noite, nos encontros, é um momento de relaxamento, de divertimento, onde a aprendizagem se torna leve e agradável.

É importante destacar que, além dos encontros realizados no Tempo Universidade, o grupo teatral já realizou uma viagem para a cidade de São João do Arraial-PI, comunidade esta, onde alunos do grupo residem. Para a viagem, a coordenadora conseguiu disponibilidade de transporte pela UFPI, e as atividades e hospedagem foram na Escola Família Agrícola (EFA) Cocais. Foi um momento de bastante aprendizado e ensinamento. Foram realizadas diversas atividades durante dois dias, e contou com a participação especial dos alunos da escola. Além disso, o grupo teve a oportunidade de visitar pontos turísticos da cidade, assim como aprender um pouco da cultura daquela região.

Outro momento importante foi um intercâmbio cultural pelo Teatro 4 de Setembro em Teresina PI, que foi um marco essencial na vida dos futuros atores, pois muitos dos alunos nunca tinham ido a um teatro, e puderam ter oportunidade de conhecer o local.

Por último, o grupo tem trabalhado para a montagem de uma peça teatral, O casamento de Maria Feia. Espera-se que, após a montagem, possa ser realizada a apresentação da peça em eventos realizados pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e apresentações nas comunidades dos discentes.

Portanto, é nótoria a importância do grupo de teatro para os alunos da Ledoc, onde cada vez mais, vai se fortalecendo, com passeios em comunidades dos discentes, visitas em teatros, montagens de peças teatrais, encontros relaxantes, aulas teóricas juntamente com práticas, e alunos interessados em participar e aprender sobre a diversidade da cultura campesina em diferentes regiões, além de ser momentos formativos que poderão se tornar significativos na vida profissional dos futuros docentes.

## REFERÊNCIAS

MORAL-BARRIGUETE, Cristina del; GUIJARRO, Belén Massó. Teatro aplicado no ensino superior: um projeto inovador para formação inicial de educadores. **Educação & Formação**. Wed, 01 Dez 2021, s/p. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/5528/6202#citations>. Acesso em: 21 out. 2023

REVERBEL, Olga. **O texto no Palco**. Rio Grande do Sul: Membro do Clube dos Editores, 1993.

## IV SEMINÁRIO INTEGRADOR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: LUTA COLETIVA, AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO HUMANA

*Antônia Silva de Almeida  
Natália Pereira dos Santos  
Rosivaldo da Silva Almeida  
Raiana da Silva Sousa*

*Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

No período de 18 a 20 de janeiro, no Auditório do Colégio Técnico de Teresina (CTT), foi realizado o IV Seminário Integrador da Licenciatura em Educação do Campo, que teve como tema: Educação do Campo: Luta Coletiva, Agroecologia e Formação Humana. O evento surgiu da necessidade de dar continuidade aos debates e discussões em torno da Educação do Campo no referido curso de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E contou com a presença de importantes nomes da Educação do Campo, como Clarice Zientarski, atuante na Universidade Federal do Ceará – UFC, que discutiu sobre Formação humana e emancipação política.

O evento também teve participação de autoridades, docentes, representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, e discentes de três dos Campus da UFPI: Floriano, Picos e Teresina, entre outros.

O primeiro dia iniciou com um momento de mística conduzido pelos discentes, seguido de música ao vivo com o cantor Wagner Ribeiro, que cantou músicas relacionadas ao campo, promovendo muita interação com os convidados do seminário.

Ao longo do evento, foram discutidos assuntos importantes e preocupantes que acontecem diariamente nas escolas do campo, como: fechamento das escolas; os impactos do agronegócio para as comunidades campesinas; a falta de valorização das escolas do campo, de estrutura e condições de trabalho que afetam o direito à educação básica e superior das populações campesinas.

No dia seguinte, ocorreu o primeiro momento com mística realizada pelos discentes do curso LedoC, relatando sobre a cultura oriunda do campo. A apresentação contou com trajes e muitos alimentos produzidos no campo: coco babaçu, enxada e chapéu de palha, representando agricultores e suas expressões. O palestrante do dia foi o Prof. Dr. Elmo de Souza Lima, docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, que trouxe como temática: “Educação do Campo no contexto atual, tempo de lutar e esperar”, abordando as dificuldades enfrentadas pelas populações do campo, que buscam, através da luta, uma educação com qualidade socialmente referenciada.

O comediante e humorista Amauri Jucá também se fez presente no evento, contando suas histórias e tirando gargalhada do público. O dia finalizou com os relatos de experiências de pesquisas de mestrado dos egressos da LedoC: Maria Raquel Barros Lima, que discutiu as mediações pedagógicas em âmbito da pedagogia da alternância; e Raimundo Nonato de Sousa, que discorreu sobre os impactos socioambientais do agronegócio na agricultura familiar em Batalha –PI.

Os assuntos de maior relevância e discussão entre os envolvidos no evento foi o combate ao agronegócio, a importância de novos conhecimentos científicos e tecnológicos que possam ajudar na saúde da terra e das pessoas, e, para finalizar, a importância da agroecologia.

Por fim, no último dia do IV Seminário Integrador teve apresentações de trabalhos acadêmicos dos discentes e egressos ledoquianos, trazendo o tempo comunidade e trabalhos de pesquisa como referência. A interação marcou o evento entre professores e visitantes.



A mística do último dia do evento contou com a participação de todos, relatando sobre os impactos causados nos rios pelos agrotóxicos. Em seguida, transcorreram as oficinas do evento, que levaram os discentes a refletir sobre os diversos temas que abrangem a Educação no Campo, suas dificuldades e necessidades dentro dos diversos contextos, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou políticos.

A coordenadora do evento foi a Profa. Dra. Sandra Regina Vitorino, docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com a colaboração e apoio dos demais docentes e estudantes do curso. O evento foi de suma importância para os participantes, pois houve trocas de experiências, riqueza de conhecimentos e várias diversidades do campo com relatos únicos e marcantes

## **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA CAPES-PIBID CONTEMPLA DISCENTES DA LEDOC**

*Antônia Silva de Almeida*

*Rosivaldo da Silva Almeida*

*Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma proposta de valorização de futuros docentes, que visa melhorar o processo de formação. O programa é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um órgão vinculado ao Ministério da Educação. O Pibid tem o objetivo de antecipar o vínculo dos futuros docentes com a realidade das escolas. Além de antecipar o convívio em uma escola, é cedida bolsa a alunos da licenciatura que participam do programa, estes devem estar com a matrícula ativa.

Os discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza (LedoC/CN), participam desse programa, atuando em escolas da rede pública. O processo de seleção de bolsistas e voluntários ocorreu por meio do Edital da CAPES-PREG/UFPI nº 57, de 15 de setembro de 2022, coordenado pela Profa. Dra. Rejane Maria de Freitas Souza, que é a coordenadora institucional.

Na seleção do Pibid, foram contemplados 24 discentes bolsistas, um voluntário e seis cadastros reserva, estes são coordenados pela Profa. Dra. Sandra Regina Cardoso Vitorino. Os discentes contemplados foram divididos e lotados em diferentes escolas: Escola Família Agrícola dos Cocais, situada no município de São João do Arraial-PI; Escola Pio XII, situada em Miguel Alves-PI; Escola Família Agrícola do Soinho, localizada em Teresina-PI. Todas essas instituições possuem um supervisor da área de Ciências da Natureza, que também foram selecionados por meio de edital específico.

Para melhorar a formação inicial de professores do campo, foi criado o subprojeto do Pibid da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, que visa a melhoria da formação inicial de professor de Ciências da Natureza. A formação de professores do campo é de suma importância para melhorar o rendimento escolar da educação básica (anos finais do ensino fundamental e ensino médio).



O Pibid oportuniza graduandos iniciarem a vida docente desde cedo, tendo um contato mais amplo nas escolas e em reuniões pedagógicas, que são indispensáveis para o ensino. O programa tem vigência de 18 meses consecutivos, em que alguns discentes participam com bolsa e outros apenas como voluntários, assim, incentivando a formação de novos docentes na carreira profissional.

Em suma, o Pibid possibilita diversas aprendizagens para os bolsistas do subprojeto do curso de Licenciatura em Educação do Campo, pelo contato direto dentro do ambiente escolar, possibilitando que, futuramente, estejam aptos a criarem suas próprias metodologias para aplicar em sala de aula. A inserção dos bolsistas do Pibid nas escolas é de grande importância, pois faz com que eles vivenciem experiências docentes, com o intuito de se familiarizarem com a futura profissão. Sendo assim, passam a conhecer todas as dimensões de uma escola.

## **SEMINÁRIO DE COMBATE AO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO: PERSPECTIVAS DISCENTES**

*Analice Mota de Sousa  
Francisco de Assis Gomes  
Pedro Lucas Dias Oliveira*

*Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

O contexto atual da educação brasileira traz relevantes reflexões sobre a sua representativa e as questões teóricas e práticas, marcadas pelos interesses mercantilistas, contrapondo-se à necessidade da sociedade a um projeto real de educação fundamentado na perspectiva da educação popular, um projeto transformador, que estabeleça conexão profunda do ser humano com os meios de desenvolvimento, interligando todos os sujeitos da classe trabalhadora, valorizando e reconhecendo os seus modos de viver e suas aptidões de bem estar social enquanto sujeitos pertencentes a uma origem e sua ancestralidade. Este projeto é a Educação do Campo, que vem inaugurando um novo olhar para o campo e para a educação das populações camponesas.



Pensar em uma Educação do/no Campo de qualidade não é uma discussão recente, muitas são as empreitadas que envolvem tal contexto. E muitas são, também, as divergências que enfraquecem sua implementação. Atualmente, observamos que em muitas comunidades rurícolas há um embate pelo não fechamento de escolas. Entretanto, muitas dessas lutas são enfraquecidas, e os estudantes precisam se deslocar para áreas distantes de onde residem, a fim de conseguir acesso à educação. Outro fator correspondente a isso é o não conhecimento pelo direito à escola, educação e professores de qualidade no ambiente campesino. Isso se dá pela já educação desvalorizada e a pouca assistência disponível para esses sujeitos.

Nesse viés, é possível observar que a mídia e as escolas da cidade ainda reproduzem sobre a educação no campo a imagem incoerente que domina a sociedade: os povos das florestas, campos, rios e mares vistos como jecas, caipiras, ignorantes, serviçais, massa fácil de manuseio das elites. Esses sujeitos, e o espaço rural ainda são vistos apenas como simples trabalhadores da roça em um local de total uso para a agricultura e agropecuária.

Para Souza (2006, p.10) os movimentos sociais revertem essas imagens e obrigam as pessoas a enxergá-los como sujeitos dinâmicos, tensos, politizados, organizados, e a percebê-los como sujeitos políticos, sociais e culturais. Diante disso, é possível desconstruir essa ideia de regresso por parte do campo, mostrando-o como espaço de diversidade e produtor da sua própria cultura, sendo também, rico em conhecimentos, saberes e valores.

Diante dessa realidade ainda marcante no campo, o Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Educação do Campo (Nupecampo), da Universidade Federal do Piauí, promoveu o I Seminário de Combate ao Fechamento das Escolas do Campo no Piauí. A atividade ocorreu no Auditório do CCE – Maria Salomé Cabral, no campus da UFPI em Teresina, no dia 19 de julho de 2023 e teve como objetivo reunir professores e estudantes da universidade e redes de ensino e representantes de movimentos sociais para impedir que as escolas continuem sendo fechadas.

O seminário contou com a presença de importantes entidades e movimentos sociais que se fazem presentes nas diversas lutas por melhores condições no campo: Movimento dos Estudantes de Educação do Campo (MEEC), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Sem Terra (MST), Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí (Aefapi), Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento Quilombola, Movimento Indígena, Apoinme, Organização dos Professores Indígenas do Piauí, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do

Estado do Piauí (Fetag-PI), Fórum Piauiense de Educação do Campo (Fopec), Defensoria Pública da União. Sendo os responsáveis por essa ação o Nupecampo, MEEC, MPA, MST E Programa Escola da Terra.

O Seminário foi coordenado pela Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo e pelo Prof. Dr. Elmo de Sousa Lima, que compartilham a coordenação do Nupecampo. Segundo o Prof. Elmo Lima, este “é o primeiro seminário que a gente está desenvolvendo com vários movimentos sociais para discutir especificamente o fechamento das escolas de campo, mas já existem outras lutas que os movimentos sociais têm feito para discutir o fechamento das escolas em municípios específicos. Como exemplo, nós temos o movimento quilombola que já tem empreendido algumas lutas de nível local em defesa de determinadas escolas em determinadas comunidades; nós temos o movimento indígena também que tem feito essa luta. Os movimentos têm feito lutas de forma individual. O seminário é o momento que a gente está juntando todo mundo para fazer um debate coletivo”

O fechamento das escolas do campo no estado do Piauí é um assunto de grande importância e que gera preocupação para a sociedade como um todo. Para incentivar a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento sustentável nas comunidades camponesas, a educação do campo é crucial. No entanto, uma série de fatores

### ESCOLAS RURAIS EM QUEDA

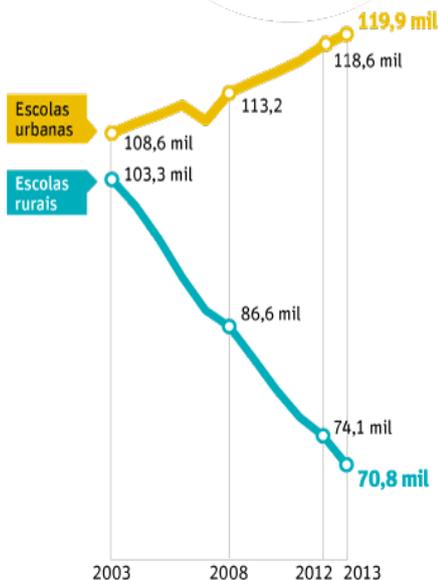
Redução no número de instituições de ensino no campo preocupa governo

#### ESCOLAS NO PAÍS, EM 2013



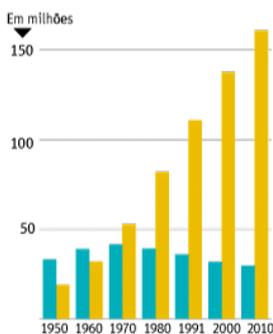
#### EVOLUÇÃO NO BRASIL

Número de escolas rurais caiu 31,4% entre 2003 e 2013



#### ÊXODO RURAL

População rural (azul) e População urbana (amarelo)



Maior mudança na população ocorreu nas décadas de 1970 e 1980; segundo especialistas, processo de urbanização continua, mas em ritmo menor

Fontes: Ministério da Educação, Censo Escolar - Inep/MEC e Censo Demográfico - IBGE

contribuiu para o fechamento dessas escolas, trazendo consequências devastadoras para a população camponesa e para o país. Então, os movimentos de luta contra esses fechamentos se tornam imprescindíveis para dar um basta nessa situação.

O período da manhã foi marcado pela realização de uma mística, seguida da composição da mesa de abertura, onde tiveram espaço e tempo de fala diversas representações de instituições e movimentos sociais. Logo após, deu-se início à mesa de debate “Combate ao fechamento das escolas do Campo no Piauí”, com: representante da FETAG- PI – Francisco de Assis Oliveira Aguiar; do MST- Adilson de Apiaim; do Fopec/Nupecampo - Julianny Frazão; e da Defensoria Pública da União – Dr. Benoni Ferreira Moreira.

O representante da Fetag, Assis Aguiar, falou sobre as situações precárias as quais os estudantes do campo são submetidos, levando, muitas vezes, à evasão escolar. Alunos estes que colocam suas vidas em risco ao necessitarem se locomover para regiões distantes de onde residem para, assim, conseguirem acesso a uma sala de aula, sem muita qualidade. E isso não acontece apenas com os jovens, mas também com crianças, que são postas a situações degradantes em transportes defeituosos com estradas mais irregulares ainda. Tal contexto, muitas vezes, fortalece, até mesmo, o êxodo rural, fazendo com que os jovens saiam de suas comunidades em busca de melhores condições de vida na cidade, pondo de lado a expectativa de um dia avançarem nos estudos, aceitando a vida miserável que lhes é imposta.

Pode-se afirmar, até mesmo, que muitos desses estudantes já desacreditam da educação, pelo fato de em suas comunidades não possuírem transporte escolar, professores e o principal, escola. Não possuem nem o básico para sobrevivência. Assim, se fazem importantes os movimentos sociais para reascender nesses povos a chama da luta por melhorias, servindo de alicerce nos enfrentamentos às situações impostas pelos líderes políticos, que mostram total descaso para com a população.

Por conseguinte, Julianny Frazão contribuiu com importantes estatísticas que



mostram o movimento de fechamento de escolas do campo. Sua apresentação retrata o número ainda pequeno de escolas do campo que estão em funcionamento, mostrando que muitas dessas unidades de ensino que existem no Piauí estão fechadas. Precarizando, desse modo, a situação dos povos camponeses que estão, aos poucos, perdendo lugares importantes para a formação, vivendo um retrocesso em pleno século XXI. A debatedora ainda reforçou a importância da luta dos movimentos sociais na mobilização estratégica do povo para o enfrentamento desses empecilhos, e que para os camponeses só existe movimento se permanecer a luta do coletivo.

Julianny destacou o número de escolas do campo fechadas no período de 2007 a 2020 no Brasil, cerca de 119 mil escolas, estando em atividade 81 mil. Em relação a essas 81 mil, apenas 54 mil estão funcionando, pois as restantes estão paralisadas. O Nordeste é a região que mais fechou escolas, e o Piauí o estado que registra o maior número desses fechamentos.

Dando continuidade, iniciou-se a apresentação do líder do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Adilson de Apiaim, que relatou sobre a dificuldade de permanência de escolas em assentamentos. Ambiente este em que muitas melhorias são prometidas, porém nunca realizadas. São escolas sem o mínimo de condições para o atendimento do povo, faltam salas de aula, laboratório de informática, livros didáticos, biblioteca, professores, por fim, falta todo um conjunto de instrumentos para sua existência, o que, muitas vezes, acaba gerando a evasão escolar.

Ainda abordou em sua fala que mais de 25 municípios do estado do Piauí não possuem escolas de ensino médio, informação desestimulante, visto que muitos foram os avanços ocorridos no país, entretanto, vivencia-se um decréscimo em um fator fundamental que é a educação. Além do mais, trouxe uma informação bastante significativa, que enfraquece os movimentos sociais: o documento regulatório da Educação do Campo do estado do Piauí, que foi elaborada por pessoas que nem mesmo possuíam contato com as práticas camponesas, totais desconhecidos para sua existência e realização.

A fala do integrante do MST, além de registrar que existem poucas escolas ofertando ensino básico de nível médio no Piauí, ou seja, não existem escolas em todos os 224 municípios do estado, reitera que o Piauí é o estado da federação que mais fecha escolas no Nordeste. Para fomentar essa triste realidade, os dados apontam que 2995

escolas foram fechadas.

Em seguida, Doutor Benoni, da Defensoria Pública, afirmou que em diversas abordagens relacionadas ao fechamento de escolas, quase sempre o município alega dificuldades financeiras para garantir a manutenção de escolas e do transporte escolar. No entanto, ele aponta que se fôssemos realizar uma análise aprofundada, o fechamento é motivado por questões políticas locais e pelo favorecimento de terceiros no aluguel do transporte escolar. Outra opção adotada pelas prefeituras e que prejudica as populações do campo é a expansão das escolas de tempo integral, porém, ele nos alerta que estas escolas não são adequadas para o campo, pois reduzem bruscamente o tempo de convivência do aluno com o meio, com sua família e com a sua comunidade.

O Defensor Público afirmou, então, a importância da consciência da origem de classe para os povos do campo. Para promoção de mudanças, é necessário que se conheçam sabendo seu local no mundo e dando importância para esse conhecimento, usando-o para fortalecer os embates. Relatou, também, sobre o racismo estrutural existente dentro das escolas, atos estes, muitas vezes, promovidos pelos próprios docentes. Usou sua fala para fortalecer, assim como os demais, a importância das mobilizações dos movimentos sociais no enfrentamento de fechamento as escolas do campo.

Um aspecto observado por Dr. Benoni foi que, principalmente na região sul do nosso estado do Piauí, uma área onde predomina o agronegócio, é notório o avanço desse modelo de produção e dos sistemas de energia que, a cada dia, estão se fortalecendo na região, e influenciando ainda mais o fechamento e a paralisação de escolas do campo.

E para finalizar, ele destacou a situação que nos faz recordar os 118 dias que uma comunidade quilombola ficou acampada em uma escola para assegurar o direito com dignidade das crianças e adolescentes terem, pelo menos, o mínimo de educação no ambiente de direito deles.

Observando as colocações, realizamos comparações sobre a realidade em nossos municípios, com a ampliação do número de fechamento de escolas, principalmente escolas do campo, por conta de que, na maioria delas, houve nucleação e avanço do ensino em tempo integral em comunidade próximas, modalidade que o poder público defende como importante para a melhoria educacional. Muitas são as escolas fechadas, com estudantes tendo que ir para a cidade para não ficar sem estudar, e a população, por não unir forças e desconhecer seus direitos, segue sendo guiada negativamente pelos gestores públicos, que fingem realizar melhorias, mas, na verdade, causando na população a perda de suas identidades e culturas.

Desse modo, é notório a importância dos movimentos sociais nesse embate, para a realização de lutas que pressionem e consigam resultados significativos é necessário pessoas que conheçam a realidade dos povos do campo, que influenciem a participação de todos nas lutas e encontros. É importante que estes sujeitos sejam os protagonistas nessas ações. Só assim, para reconhecerem suas importâncias e direitos diante da sociedade opressora.

## REFERÊNCIAS

SOUZA, M. A. **Educação proposta e práticas pedagógicas MST**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

## RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO E ESCOLA

Raimunda Alves Melo<sup>2</sup>  
Ernandes Soares Araújo<sup>3</sup>

Ao longo da história, as compreensões sobre o trabalho e as suas finalidades foram se construindo e reconstruindo de acordo com os modos de organização dos diferentes grupos sociais e as formas de distribuição de riquezas e de poder. Brandão (1983) afirma que um importante passo no processo de evolução do ser humano foi quando as relações de trocas, comuns nas sociedades primitivas, passaram a não envolver apenas o ser e a natureza, mas também os objetos.

Os objetos aos quais Brandão (1983, p.5) faz referência são, na verdade, o produto do trabalho do homem sobre a natureza, a produção do homem sobre si mesmo, ou seja, a cultura, compreendida como “o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces do saber”. Assim, desde a infância, o ser humano, através de sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retira da natureza seus meios de vida” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p.48).

A produção e a socialização da cultura material e imaterial de uma geração para a outra implicou na criação de mecanismos de aprender e ensinar, condição fundamental para a sobrevivência dos seres humanos ao longo dos tempos. Nesse contexto, houve a criação de experiências em que o trabalho e a convivência entre as pessoas possibilitaram a circulação do saber. Desse modo, é possível reconhecer o trabalho como um dever e direito do ser humano, resultante de um processo de socialização, meio de produção e reprodução da vida (Frigotto; Ciavatta, 2012).

Assim, para além de contribuir para a evolução dos seres humanos através da produção da cultura, o trabalho passou a envolver a socialização de saberes e conhecimentos necessários para garantir a sobrevivência, a convivência, a transcendência dos seres humanos e a existência de uma vida coletiva. Foi através da circulação de conhecimentos, ou seja, da transferência dos diferentes saberes necessários à reprodução da vida individual e coletiva, que houve um processo de evolução das condições necessárias para a sobrevivência dos seres humanos.

Posteriormente, estas relações de sobrevivência e convivência passaram a ser caracterizadas pelo predomínio das relações de poder e de disputa, resultando em desigualdades sociais. Nesse contexto, a educação passou a se constituir como um domínio e reconstrução da cultura entre povos, incluindo relações de saber e dominação entre pessoas, experiência humana individual, fundamental para a passagem da natureza à cultura (Brandão, 1983).

Durante milhões de anos, passando pelo primitivismo, estágio no qual os grupos viviam de forma nômade, adentrando as tribos e aldeias estáveis de agricultores de nossa própria espécie, os seres humanos passaram por lenta, mas crescente diferenciação de situações, práticas e papéis na reprodução do saber, através das quais as pessoas foram ensinando o trabalho umas para as outras, fazendo com que a humanidade tenha alcançado as atuais configurações que caracterizam as relações de trabalho na contemporaneidade (Brandão, 1983). Esta é, *a priori*, uma das principais relações entre o trabalho e a educação, “o caráter formativo [...] como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 48).

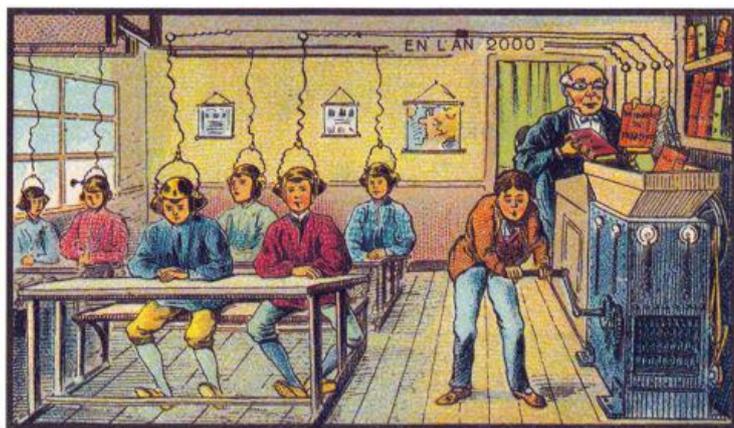


<sup>2</sup> Professora Pesquisadora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista CAPES/BRASIL do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI, em Teresina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3652-8213>. E-mail: [raimundinhameo@yahoo.com.br](mailto:raimundinhameo@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Professor da Rede Estadual de Educação do Piauí. Coordenador do Polo Uninta – EaD de Castelo do Piauí. E-mail: [ernandesernandes@hotmail.com](mailto:ernandesernandes@hotmail.com)

O surgimento do trabalho produtivo e do poder comunitário separou a vida social das populações, apartando o ensino e a aprendizagem do trabalho dos modos de sobrevivência e de reprodução da cultura. Essa nova forma de organização social contribuiu para a estabilização de parte dos grupos sociais e tornou possível uma grande diferenciação entre as pessoas, constituindo modos e domínios sociais de trabalho e saber nos quais apenas parte dos indivíduos passaram a dispor dos meios de produção. O capitalismo, para se afirmar, teve de suplantar as relações de trabalho escravocrata e servis, gerando uma sociedade de classe e de exploração (Frigotto; Ciavatta, 2012).

Nesse contexto, a escola surgiu, primeiro para educar os nobres e sacerdotes, escribas e legisladores; depois, dedicada ao desenvolvimento do ensino do saber erudito, como uma prática social em si mesma, separada do trabalho popular produtivo, do saber comunitário (Brandão, 1983). E sendo uma instituição criada para socializar o saber



erudito, apenas uma pequena parte da população, sobretudo aquela privilegiada social e economicamente, a escola contribuiu para a ampliação das desigualdades sociais e educacionais, bem como para a dualidade existente entre os saberes teóricos e práticos, a educação acadêmica e a profissional.

No entanto, na perspectiva da Educação do Campo<sup>4</sup>, a escola é reconhecida como um dos principais espaços criados pela sociedade, experimentado de modo sistemático pelos sujeitos, cuja prática educativa é formada por uma intencionalidade política e pedagógica (FREIRE,

2013). É parte do seu papel a socialização, apropriação e incorporação da herança cultural, bem como a formação crítica para que os estudantes ampliem suas capacidades de conhecer, questionar e transformar a realidade da qual fazem parte, lutando por justiça social.

É por esta razão que a prática educativa proposta pela Educação do Campo não se limita aos espaços escolares e à aprendizagem dos conhecimentos validados pela academia, mas abarca os saberes que são elaborados em outros espaços, com vistas a garantir uma formação cidadã, voltada à inclusão e à cultura democrática. Caldart (2005, p. 57) afirma que a escola do campo deve contemplar em seu currículo a relação com o trabalho na terra, como “forma de desenvolver o amor à terra e ao processo de cultivá-la, como parte da identidade do campo, independente das opções de formação profissional, que podem ter ou não, como ênfase, o trabalho agrícola”, assegurando que o trabalho educativo ocorra, tanto nos espaços escolares quanto fora deles, e que os saberes e conhecimentos sejam produzidos e articulados em torno das comunidades e dos seus territórios e não apenas na sala de aula.



O fato é que, ao longo da história, as pessoas foram formadas profissionalmente para atender às demandas da sociedade e do estado. Essas diversas iniciativas foram e são desenvolvidas em estreita relação com os interesses políticos, econômicos e sociais subjacentes em cada período histórico, razão pela qual faz-se necessário promover uma reflexão crítica sobre a relação entre trabalho, escola e educação, de modo a compreender os propósitos explícitos e implícitos, evidenciando as contradições.

Assim, é necessário firmar cada vez mais a escola como espaço de formação humana, que deve objetivar uma formação crítica, de modo que os sujeitos tenham condições de entender as contradições do modelo de desenvolvimento que está posto e propor e executar projetos que levem em consideração a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural.

## REFERÊNCIAS

<sup>4</sup> Segundo Fernandes (2008), a Educação do Campo é uma concepção que pode provocar transformações no cenário da educação brasileira, visto que compreende o resgate do espaço camponês não apenas como ambiente de escolarização, mas como território de relações sociais, de cultura, de produção, de relação com a natureza, enfim, como território de vida.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; AZEVEDO de. J. S. M. S. (Org.). **Educação para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 5. ed. Brasília: UnB, 2005. p. 13 – 52.

FERNANDES, B. M. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 39-66.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, G. A.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 748-755.

## A IMPORTÂNCIA DO EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA PARA A COMUNIDADE ESPERANÇA-BARRAS, PIAUÍ

*Luciano Ferreira Silva*

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

A carnaúba é uma palmeira nativa do Nordeste brasileiro, encontrada abundantemente nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Trata-se de uma planta que pode chegar a uma altura de até 10 metros, possui tronco cilíndrico e uma copa formada por folhas (palhas) que formam uma espécie de coroa na copa da árvore. Comumente encontrada nos pontos mais próximos dos rios e áreas alagadiças, as palmeiras de carnaúba conseguem suportar alagamentos prolongados durante o período das chuvas, além de estiagem nos períodos de seca.

Desde meados do século XVIII, explorou-se uma infinidade de utilidades desta palmeira, o que fez com que esta espécie permaneça viva na cultura nordestina, sendo frequentemente encontrada em brasões e bandeiras de estados e municípios da região Nordeste, sendo conhecida como “árvore da vida” por suas múltiplas finalidades (Neto; Da Ponte Crispim, 2019).

A cadeia produtiva da carnaúba não tem apenas importância econômica, mas também social e ambiental. Nos meses de setembro a novembro, época da sua safra (retirada da palha), ela paga melhor rentabilidade na zona rural do que qualquer outra cultura desenvolvida, constituindo-se como uma fonte de receitas em decorrência do trabalho que é desenvolvido em torno do aproveitamento do pó, que é retirado das folhas, do qual se produzem vários derivados.

A carnaúba é comercializada há cerca de 150 anos, e já esteve entre os 10 produtos mais exportados do Brasil. A sua principal riqueza “está na cera que recobre as folhas, principalmente as mais jovens, tornando-a internacionalmente conhecida como ‘carnaubawax” (Sousa; et al., 2015, p. 588). Socialmente, a exploração da carnaúba emprega pessoas que trabalham no extrativismo vegetal no pior momento em que o nordestino tem, que é o período de seca. Nessa época, os camponeses não desenvolvem atividades agrícolas, recorrendo à carnaúba para complemento da renda familiar.



No que diz respeito à parte ambiental, a exploração da carnaúba contribui para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas locais. O seu extrativismo é sustentável, pois o processo de exploração não mata as palmeiras, o que é feito é uma poda de suas palhas e, posteriormente, essa copa se regenera e seus frutos facilmente germinam. É por isso que se trata de uma cadeia equilibrada tanto socialmente quanto economicamente e ambientalmente.

A comunidade Esperança, situada em área rural de Barras (PI), mais precisamente na divisa entre os municípios de Miguel Alves, Nossa Senhora dos Remédios e Barras, apresenta abundância de palmeiras de carnaúba, que possuem importância econômica, social e ambiental para a comunidade. Dessa forma, é relevante um trabalho que vise divulgar, informar e conscientizar sobre o valor desta árvore. Para a construção do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e visitas de campo acompanhando três pessoas que realizam o extrativismo da carnaúba e realizou-se entrevistas sobre todo o trabalho que realizam.

Devido à utilidade que possui a palmeira da carnaúba, pois dela aproveita-se a palha, tronco, raízes e fruto, ela se constitui como uma importante fonte de renda na comunidade Esperança. O seu principal produto é o pó das palhas, que é utilizado para a fabricação de cera. No entanto, na comunidade supracitada, a principal fonte de renda não é o pó, e sim a utilização das palhas para a fabricação de vassouras, uma das principais fontes de renda da comunidade. As vassouras produzidas abastecem o comércio local e grande parte do comércio regional. Para De Carvalho e Gomes (2009), a geração de empregos nessa atividade vem acompanhada da geração de renda para os trabalhadores rurais no período de entressafra agrícola, contribuindo para a superação da pobreza econômica nos municípios.

O processo de exploração da carnaúba na comunidade Esperança acontece da seguinte forma: após adentrar no carnaubal, a primeira etapa é a derruba das palhas, ilustrada na Figura 1 (A), um processo bastante perigoso devido à presença de animais peçonhentos, do risco da queda da palha no corpo, o que pode causar lesões, uma vez que os extrativistas não usam equipamentos de proteção. A segunda etapa é o processo de apareação das palhas, momento em que estas são separadas dos talos e levadas para casa. Na terceira etapa acontece a riscagem, um processo que é realizado com o auxílio de uma faca pequena, fazendo cortes na palha, separando a camada superficial do restante. Depois de riscadas, as palhas são expostas ao sol para murcharem, conforme ilustração da Figura 1 (B).

**Figura 1 - (A) Carnaubeiro fazendo a derruba da palha. (B) Palhas riscadas secando ao sol**



Fonte: Autor (2023)

Depois de murchas, dá-se início à quarta etapa, que é a fabricação das vassouras - Figura 2 (A), onde os artesãos juntam de cinco a seis palhas e realizam um amarrado específico, constituindo as vassouras. Na quinta etapa, aparam os excessos que sobram nas pontas das palhas e realizam o empacotamento para vendas, colocando 50 unidades em cada saco para a comercialização, conforme ilustração da Figura 2 (B).

**Figura 2 - (A) Fabricação de vassouras a partir da palha da carnaúba; (B) Vassouras comercializadas no comercio local**



Fonte: Autor (2023).

O saco de vassouras, contendo 50 unidades, está sendo vendido, neste ano de 2023, por, em média, R\$ 60,00 (sessenta reais). O valor varia de comprador para comprador, já que eles não possuem cooperativa e ou uma associação para que possam conseguir melhores preços e melhores condições de trabalho. Silva e Nunes (2023) afirmam que as organizações cooperativas devem ser geridas pelos próprios camponeses (princípio da autogestão), proporcionando aos seus associados a solução de problemas relativos à organização, beneficiamento, distribuição e comercialização, ou seja, promovendo condições para que o trabalhador rural possa obter um preço justo no processo de produção resultante de seu trabalho. Segundo um dos entrevistados, “com 4 sacos de vassouras dar pra fazer uma feira boa, comprar o café, açúcar, arroz, feijão, frango e outras coisas mais”. A produção de vassouras dura o ano inteiro, mas é menos intensa durante os meses chuvosos.

Pode-se constatar a importância da extração da palha da carnaúba para os trabalhadores rurais da comunidade Esperança e suas famílias, atividade esta que garante a subsistência durante um período do ano, no qual não há atividades de lavoura. Dessa forma, a produção de vassouras oferece complemento de renda para os carnaubeiros em um período extremamente difícil para a obtenção de recurso financeiro.

Conclui-se que é necessário a preservação dos carnaubais e de toda a vegetação da caatinga e cerrado. Também é necessário avançar na organização dos trabalhadores através da criação de associações para evitar a ação exploradora dos atravessadores, fortalecer a união dos produtores e melhorar as suas condições de trabalho, tornando a cadeia produtiva da carnaúba mais eficiente na comunidade.

## REFERÊNCIAS

DE CARVALHO, José Natanael Fontenele; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, p. 361-378, 2009. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/viewFile/357/306>. Acesso em: 01 set. 2023.

NETO, Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes; DA PONTE CRISPIM, Francisca Sandra. Riscos à saúde de trabalhadores rurais no extrativismo da palha de carnaúba. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2281>. Acesso em: 01 set. 2023.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, p. e252661, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/3CXmrG4vsSBBdRkmHYLw4n/>. Acesso em: 01 set. 2023.

SOUSA, Rodrigo Ferreira de; Richeliel, SILVA, Albert Rodrigues; ROCHA, Talita Geovanna Fernandes; SANTANA, José Augusto da Silva; VIEIRA, Fábio de Almeida. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira carnaúba no semiárido brasileiro. **Cerne**, v. 21, p. 587-594, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cerne/a/Q96fD8SXcqYRNRGPFTmYjzy/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2023.

Rubens Leonan Morais da Silva  
Antonia Rosana de Sousa Silva  
Francisca Fátima Guimarães Rocha

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI

No que se refere aos aspectos históricos da construção da identidade alimentar, no Brasil, ao longo do tempo, nota-se que há enormes potencialidades para o cultivo de frutas, hortaliças, verduras, legumes e criação de animais. O nosso país possui um vasto território, dispondo de regiões com solos ricos em nutrientes e aquíferos, facilitando veementemente a produção de alimentos.

Ao analisar tal cenário, seria fácil imaginar que o acesso à alimentação não deveria ser um problema para os brasileiros, no entanto, a realidade é outra. É comum ouvirmos notícias relacionadas à elevação do número de pessoas que vivem em condição de insegurança alimentar, bem como os elevados índices de desperdício de alimentos.

Nesse ínterim, é necessário pontuar a crucialidade de melhoria de políticas públicas de facilitação do alcance e distribuição de alimentos às comunidades mais periféricas urbanas e rurais do país, considerando que o problema da fome é uma infeliz realidade presente não somente no eixo nacional, mas um fator histórico que assola a população global há décadas.

A preocupação dos governantes em atenuar o dilema da fome deve suscitar o desenvolvimento de políticas públicas de distribuição e geração de renda que garantam o acesso à obtenção de alimentos saudáveis, de consumo seguro por parte da sociedade, em especial das classes menos favorecidas economicamente.

As discussões que tratam sobre a soberania alimentar têm um importante marco em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, onde se passou a debater o direito à alimentação de forma mais enfática e equiparada aos demais direitos estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. (BELIK, 2003, p. 12).

Trazendo para uma perspectiva nacional, a preocupação de combate à fome iniciou-se no período colonial e se intensificou a partir de 1990, com as políticas de busca pela soberania alimentar. Para Secco e Ravazzani (2017, p. 28):

A garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de toda a população consiste no maior, se não o principal, desafio a ser vencido por todo país que deseja afirmar sua soberania. Só existe Segurança Alimentar e Nutricional, quando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está satisfeito, este é um direito humano inerente a todas as pessoas, inalienável e fundamental, sem o qual não se pode discutir ou acessar os demais direitos indispensáveis à sobrevivência.

Entre 2004 e 2014, o Brasil experimentou consistente trajetória de redução do percentual de população vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, o que levou a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) a declarar a saída do país do mapa da fome (Albuquerque, 2019). A intensificação de políticas de distribuição de renda e o estabelecimento de programas sociais que visam promover não somente a oferta gratuita de alimento, mas também subsidiar oportunidades de geração de renda nos locais mais afrontados pela insegurança alimentar foram fundamentais para que o Brasil saísse do mapa da fome.

Segundo o relatório O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional (2014), de 2001 a 2012, a renda dos 20% mais pobres da população cresceu três vezes mais do que a renda dos



20% mais ricos. Ou seja, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza reduziu de 25,5% para 3,5%. As medidas de enfrentamento à fome, intermediadas por um governo neoliberal, que apesar de atender aos anseios de uma sociedade capitalista, de certa forma, buscou atender o bem-estar social das famílias de baixa renda, o que proporcionou uma importante vitória na luta contra a fome e a pobreza.

No entanto, apesar da grande baixa no número de pessoas que saíram do mapa da extrema pobreza e fome, respectivamente, segundo dados do relatório do Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo, cerca de 820 milhões de pessoas passaram fome no ano de 2018 (ONU, 2019). São mais de 800 milhões de pessoas sem uma alimentação diária satisfatória para atender às suas necessidades básicas (LIMA, 2011). Diante disso, faz-se necessário pensar o que aconteceu para esse retrocesso tão perceptível e tão rápido.

Segundo dados do PENSSAN, coletados no ano de 2020, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, são 19 milhões de pessoas em situação de fome (Machado. et. al 2021). O fato é que os dados atuais remontam a uma conjuntura de aumento e agravamento dos brasileiros em situação de fome. Essa situação de retrocesso é resultado da ausência de políticas públicas que foram afrouxadas, principalmente após a posse de governos neoliberais clássicos que, ao invés de buscar aprimorar o que já vinha sendo feito, optaram por direcionar o enfoque político para outras questões e para a camada mais favorecida da sociedade, isto é, a elite.

O site Valor Econômico, do grupo Globo, publicou em abril de 2018, uma matéria na qual afirma que a pobreza extrema havia aumentado 11% no Brasil. De acordo com a reportagem, em 2016, existiam 13,34 milhões de pessoas em extrema pobreza, aumentando para 14,8 milhões em 2017. Ao serem analisados os dados, observa-se, também, que a questão econômica está intrinsecamente relacionada com a problemática da fome, logo, o déficit gerado pela pandemia da COVID-19 corroborou para o agravamento da situação.

De acordo com os dados da PNAD Covid, publicada em setembro de 2020, o número de pessoas desempregadas atingiu 13,5 milhões de pessoas, sendo 3,4 milhões a mais que no mês de maio, representando aumento de 33,1%. Isso reafirma que a garantia de acesso igualitário por toda população nacional à alimentação é dificultando, principalmente, por demandar propostas significativas de transformação que acabam entrando em choque com divergências políticas e interesses distintos que variam de acordo com a ideologia de cada governo. Isso significa que a política interfere diretamente para o bem-estar social, atenuando ou agravando esta problemática.

Os dados a respeito da fome no Brasil se agravaram ainda mais nos últimos anos, principalmente no semiárido nordestino e região norte do território brasileiro. Mesmo antes do país sair do mapa da fome e extrema pobreza, estas foram as regiões que mais sofreram com a problemática da fome provocada por fatores relacionados à escassez de chuvas, somadas pela ausência e ou ineficiência de políticas de desenvolvimento e assistência por parte do governo.

Atualmente, essas regiões do país são as mais atingidas pela fome, que assola 125 milhões de brasileiros. Em todo o país, de cada dez famílias, três vivem em insegurança alimentar grave - quando a família sente fome e não come por falta de dinheiro. Vale ressaltar que os efeitos das mudanças climáticas são fatais sobre a agricultura, assim, as regiões semiáridas do Nordeste ficaram mais secas, e a estiagem aumenta os índices de pobreza e fome no país.

Outro problema é a desertificação de áreas, degradação e secagem de rios, problemas ampliados pela infraestrutura predatória e pelas mudanças climáticas que se encontram ligadas a várias questões sociais, econômicas, políticas, ambientais e de saúde, gerando problemas para as populações e autoridades governamentais. Por fim, o problema maior provém da ausência de políticas públicas que sejam elaboradas pelo Estado, com o objetivo de combater a escassez de alimento e pobreza, e mais investimento na agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. L. O Brasil e a diplomacia do combate à fome e à pobreza. In: LIMA, T. (Ed.), **Segurança alimentar e relações internacionais**. p. 54-82. João Pessoa: Editora UFPB. 2019.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v.12. p.12-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LIMA, F. C. et al. **Direito à alimentação: relevância jurídica, aplicação da Emenda nº 64 de 2010 e perfil das políticas públicas**. Brasília: CONSEA, 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. "ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo". **ONU News** [15/07/2019]. Disponível em: <https://news.un.org>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MACHADO, A. L. FRANÇA, A. B. RANGEL, T. L. V. CARESTIA. Mapa da Fome e o Agravamento da Insegurança Alimentar e Nutricional em Tempos de Pandemia: o retrocesso brasileiro na política de combate à fome. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. p. 87-101, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/512>. Acesso em: 19 jul. 2023.

## APONTAMENTOS SOBRE A LDB E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

*Ângela Maria de Lima Santos*

*Jaqueline Ribeiro de Oliveira*

*Maria Cristina dos Santos Costa*

*Milena Dias Rocha*

*Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

No bloco II do curso de Licenciatura em Educação do Campo, estudamos o componente curricular Legislação e Organização da Educação Básica, ministrado pela Profa. Keylla Rejane Almeida Melo. Dentre a legislação sobre a qual nos debruçamos, damos destaque à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, conhecida como LDB, é a mais importante lei que rege a educação no Brasil. Sua primeira versão surgiu em 1961, em decorrência de diversas discussões sobre o direcionamento a ser dado à educação brasileira. Desde 1985, após diversas alterações, em 1996 foi instaurada a nova LDB, que está em vigor até hoje. Seu principal objetivo é organizar e garantir o ensino escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Dentre diversos aspectos importantes para a organização da educação brasileira, a Lei supracitada define, em seu Artigo 3º, os princípios que regem o ensino. Considerando os estudos dessa Lei para a compreensão da Educação do Campo como paradigma educativo específico para as populações camponesas, destacamos dois desses princípios para refletirmos sobre como podem se materializar na prática educativa, que foram: o princípio de valorização da experiência extraescolar, que assegura a realização de práticas pedagógicas fora do âmbito escolar, com a elaboração de projetos sociais que interliguem a sociedade local à escola, como rodas de leitura nas comunidades e a construção de hortas nas escolas da região. Desse modo, percebemos que o princípio de vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais já se une ao princípio que demos destaque, pois se assemelham quando se trata de realização na prática. Destarte, numa prática educativa intencional todos esses princípios se relacionam.

Outro aspecto que enfatizamos no estudo foi a responsabilidade na oferta de educação escolar, organizada no Quadro 1.

## Quadro 1 – Responsabilidade na oferta de educação escolar de acordo com a LDB

ENTE/ INSTITUIÇÃO /SUJEITO	RESPONSABILIDADES
União	Organizar o Sistema Federal de Ensino e dos territórios, financiar as instituições de ensino públicas federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.
Estados	Priorizar o Ensino Médio, mas podem atuar, em parceria com os municípios, na oferta do Ensino Fundamental.
Municípios	Manter a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com a função principal de oferecer vagas em creches, pré-escolas e no Ensino Fundamental.
Escolas	Elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; notificar ao Conselho Tutelar do município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.
Profissionais da Educação	Cada docente deve participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e as horas-aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

De acordo com a LDB, a educação escolar está organizada em Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica compreende três etapas, a saber:

1. Educação Infantil, cuja finalidade principal é fornecer à criança uma educação integral, ou seja, criar condições para que a criança possa se desenvolver em todas as dimensões do ser humano: física, psicológica, intelectual e social, e, dessa forma, a escola completa a ação da família e da comunidade.
2. Ensino Fundamental, que tem como principal objetivo a formação básica do cidadão.
3. Ensino Médio, que tem como finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da anatomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Nesse íterim, a Educação do Campo é considerada na LDB como uma modalidade de ensino, portanto, é uma forma específica de educação escolar para as populações do campo, que se dá tanto em nível de formação básica quanto superior. O Art. 28 dessa Lei traz como essa especificidade deve ser trabalhada pelos sistemas de ensino. Sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a LDB propõe que seja integrada aos diferentes níveis e modalidades de ensino e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

E, para finalizar, é fundamental destacar que a Lei em tela determina a valorização dos profissionais da educação na forma de lei, com a elaboração e execução de planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Concluimos que o estudo e a consulta constante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz-se de muita importância tanto no processo de formação do professor quanto em toda a trajetória da docência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

## ESTE SOU EU

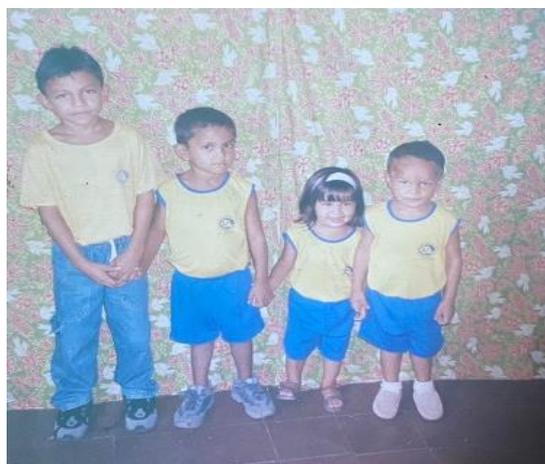
Fabiano Ribeiro Costa

Graduando do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI

**D**ifilmente, colocamo-nos à disposição para contar a nossa história de vida abertamente. Mas quando somos questionados, seja em uma entrevista de emprego, seja na apresentação de um trabalho acadêmico, deparamo-nos com esse desafio. Assim, o intuito deste texto é relatar um pouco da minha história de vida, perpassando fatos mais marcantes da infância até o momento presente.

No dia 30 de novembro do ano 2000, em uma cidadezinha no interior do Piauí chamada Porto, nasceu um rapazinho chamado Fabiano Ribeiro Costa ou, simplesmente, Fabiano, como sou conhecido. Sou filho de Francisca das Chagas e Raimundo Nonato, que é meu padrasto. Tenho dois irmãos mais velhos: o primeiro chama-se Fábio Marques, e a segunda, Geyza Maria. Depois de mim, nasceu Raimundo Marcos e, logo depois, a Géssica Ribeiro. Nem todos são irmãos do mesmo pai, Fábio e Geyza são filhos do primeiro relacionamento da minha mãe, eu sou fruto do segundo relacionamento, e Raimundo e Géssica são filhos do atual marido, que mora com minha mãe. A nossa relação familiar é razoavelmente harmoniosa, apesar de alguns atritos que temos de vez em quando.

No período de 2002 a 2010, moramos no interior de Campo Largo do Piauí, mais precisamente no Povoado Costa. Foi lá onde iniciei a minha vida escolar, com 6 anos de idade, na Creche Pintinho Amarelinho. Permaneci estudando nesta comunidade até a 4ª série do Ensino Fundamental, só mudei para a Unidade Escolar Helvídio Nunes.



Arquivo pessoal do autor: Eu e meus irmãos

A nossa chegada nesse povoado deu-se porque meu padrasto já morava lá com a mãe dele, e minha mãe morava com nossos avós, então, quando os dois decidiram viver juntos, ele conseguiu um terreno e fez a nossa casa. Nesse povoado, o nosso modo de vida era tranquilo, eu tinha vários amigos e gostávamos de brincar na chuva, corríamos, jogávamos bola, dentre outras brincadeiras de crianças. Eu até cheguei a fazer uma escolinha de reforço com uma amiga, quando eu tinha entre 8 e 9 anos. Mesmo sendo um local ótimo para se viver, os meios de trabalho eram escassos, as pessoas que ali vivam retiravam sua renda por meio do Programa Bolsa Família e da agricultura, da roça, do extrativismo do babaçu e da venda de carvão.

Naquele lugar, tudo o que se colocava para vender dava lucro, só não se firmava por muito tempo. Lembro que meu padrasto fez uma lanchonete na rua principal, onde as pessoas do povoado, ou até aqueles que passavam por ali para ter acesso às cidades vizinhas, paravam para fazer um lanchinho. Lá tinha bolo, misto, cafezinho, suco. Mas o negócio não deu muito certo e acabou fechando as portas. Então, ele resolveu montar uma oficina para conserto de motocicletas e bicicletas. A oficina até que funcionou bem por um bom tempo, mas o lucro não era suficiente para alimentar uma família, então, como a escola funcionava no horário noturno, ele montou um carrinho de lanches com materiais que ele tinha da oficina, comprou alguns bombons, pipoca e bolo (o bolo, minha mãe que fazia) para vender durante a noite para os alunos. Se não me falha a memória, isso não durou tanto tempo, como ocorreu com a lanchonete e a oficina.



Arquivo pessoal do autor: Carrinho de lanches

Foi, então, que um fazendeiro que tinha uma propriedade na localidade Marajá, situada no interior de São João do Arraial, contratou-o para cuidar de lá por alguns meses. Ele veio e gostou da cidade. Em dezembro de 2010,

mudamo-nos para São João do Arraial, acreditando sempre na melhoria que iríamos ter. Chegando aqui, as coisas deram uma animada e ele teve mais oportunidades e recursos, até chegou a viajar para algumas cidades fora do Piauí em busca de trabalho, e minha mãe participava da ornamentação do Festival Cultural, conhecido como “Festival Junino”. Aqui, a assistência é mais rápida, se precisamos de algo, é mais prático de se conseguir sem necessidade de fazermos deslocamentos para a cidade.

Retornando a minha vida escolar, quando viemos para São João do Arraial, no final de 2010, eu iniciei a 5ª série (6º ano) em 2011, ou seja, comecei a fazer o 6º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Rosa Barbosa, que possuía um anexo na Unidade Escolar Francisco Tomaz. Nesta escola, obtive muitas experiências e aprendizados. Foi lá onde cursei do 6ª ao 8º ano. Em 2015, fui transferido para a Escola Municipal da Liberdade, que fica ao lado da minha casa, e funciona em tempo integral e, por conta disso, o meu aprendizado foi significativamente ampliado, e foi lá que a paixão pela docência começou.

Passada a trajetória e os longos 9 anos dedicados ao Ensino Fundamental, adentrei no Ensino Médio, na Unidade Escolar Francisco Tomaz. Na época, eu achava que seria algo mais simplificado, contudo, lá tivemos nossas dificuldades. Apesar disso, consegui concluir com êxito em 2018.

Em 2019, fiz o processo seletivo para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo/LEDOC pela UFPI. Foi aqui que vi a oportunidade de realizar um dos sonhos que tenho desde o 9º ano do Ensino Fundamental, que é ser professor. Bom, após a realização do processo de seleção e a publicação do resultado, fiquei muito feliz por ter conseguido passar. Minha mãe ficou mais feliz ainda, que até compartilhou nas redes sociais a minha vitória.

Em 2020, iniciei as aulas no Ensino Superior. No começo, fiquei animado com as aulas, com a universidade e com os colegas, mas veio sobre mim uma pressão enorme. Por ter sentido dificuldades em compreender os conteúdos a partir das metodologias utilizadas por alguns professores, eu resolvi desistir. Por alguns meses, fiquei fora da universidade, mas fiz outros cursos de formação pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) e pelo IFSULDEMINAS. Também fiz um curso de auxiliar de creche pelo DIGPRO, mas aí veio a pandemia e mudou o rumo de todos. As reflexões suscitadas durante o período pandêmico fizeram-me voltar para o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Com o apoio da minha família, dos colegas e, principalmente, da ex-coordenadora e atual professora do curso, Keylla Melo, consegui retornar em 2021, de forma remota, devido a pandemia. Confesso que foi mais difícil do que no início, pois não tive todas as aulas do bloco I e também tive dificuldades com o domínio das tecnologias, mas deu tudo certo. Passei no bloco II, III e, em 2022, tive que retornar ao bloco I para que pudesse dar continuidade aos próximos blocos e conseguir continuar a minha formação.

E este sou eu, Fabiano Ribeiro Costa, 22 anos de idade, filho de dois camponeses que migraram para a cidade em busca de melhorias para sua família. Este sou eu, o primeiro filho de cinco a concluir o Ensino Fundamental e Médio, e o primeiro a cursar o Ensino Superior em uma universidade federal. E este sou eu, um futuro professor que, mesmo com seus altos e baixos, vai conseguir concluir mais uma etapa da vida e da formação, e seguir adiante com seus sonhos e projetos.

**ESTE SOU EU!**

## BIOGRAFIA DE PERSONALIDADE DO CAMPO: UM BREVE RELATO SOBRE UMA QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU

*Antonia Regina da Silva Sousa -  
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CCE- UFPI*

**M**aria Altemira do Nascimento, ou como era conhecida, “Dona Telmira”, nasceu no ano de 1947, no município de Esperantina-PI. Oriunda de uma família humilde, Telmira sempre conheceu as dificuldades provenientes das desigualdades sociais. Com o passar dos anos, ela cresceu e se mudou para a localidade Chapada da Sindá, que fica situada em São João do Arraial-PI, localidade onde começou a construir a sua família.

Do seu primeiro casamento, nasceram quatro filhos/as: Ivonete, Francisca, Sebastião e Rosa. Telmira sempre



foi uma mulher à frente de seu tempo, além de cuidar da família, sustentava os seus filhos com a renda do extrativismo do coco babaçu e do trabalho na roça. Apesar de todo o trabalho diário e sem trêgua, era difícil garantir o básico para sustentar a sua família, ainda mais quando se separou de seu primeiro esposo. Naquela época, as terras que os menos favorecidos trabalhavam, geralmente, eram todas “arrendadas”, ou seja, a renda das roças e da quebra do coco era dividida com os “donos da terra”.

Telmira, segundo os relatos de filhos, filhas e amigos, era uma mulher cheia de ideias e de atitudes. Com essa personalidade marcante, foi uma das lideranças femininas que lutou pela quebra do coco livre e o direito à moradia. A comunidade Chapada da Sindá era uma propriedade privada, onde as relações sociais e de trabalho não respeitavam as leis, e tudo era mal distribuído. Com o passar dos anos, a indignação daquela comunidade local foi crescendo e as organizações começaram a surgir.

Estas organizações de agricultores e agricultoras e quebradeiras de coco babaçu eram em prol da terra livre para que pudessem plantar suas roças, fazerem suas colheitas de forma justa, para que o coco babaçu fosse livre para a quebra, dentre outros direitos. No meio dessas organizações, Telmira ajudava a mobilizar e incentivava os trabalhadores e trabalhadoras a protestarem e reivindicarem seus direitos.

Com o passar dos anos, essa organização de trabalhadores conseguiu alianças com outras lideranças e instituições, como os sindicatos de cidades vizinhas e, principalmente, do Partido dos Trabalhadores-PT e, juntos, somaram forças. Telmira era uma das lideranças à frente do movimento e, por isso, era perseguida.

Casada pela segunda vez, já com seu último esposo e companheiro de vida e luta, de nome José, ela teve um filho chamado Paulo. Durante o processo da luta por igualdade, aconteceu um evento marcante na vida de Telmira e com o grupo organizado da comunidade. Telmira foi presa juntamente com outros companheiros. Na época, ela estava com sua filha caçula Rosimeire recém-nascida, e tinha que amamentar a criança na cadeia. Esse foi um momento marcante em sua trajetória de vida. Felizmente e por justiça, o grupo foi solto e retomaram suas atividades na comunidade.

Com o passar dos anos, as lideranças conseguiram, através dos movimentos sociais, o acesso à terra e a construção dos assentamentos: Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora Aparecida, no ano de 2003. Hoje, nos assentamentos, reside em torno de 52 famílias, que contam com água, luz, campos agrícolas, quadra poliesportiva, escola e um posto de saúde em construção.

Maria Altemira foi uma das primeiras fundadoras do diretório do Partido dos Trabalhadores em sua cidade. Ativista, mulher, mãe, quebradeira de coco, levava seus relatos com alegria para onde ia. Foi homenageada diversas vezes em sua cidade, e até em nível de Estado. E, hoje, é reconhecida por sua importante contribuição para a comunidade e as mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Telmira faleceu aos 71 anos de idade, em 2018, deixando seis filhos/as, dezoitos netos e quatorze bisnetos. Em seu cortejo, foi homenageada por suas companheiras de luta, entoando o hino das quebradeiras de coco babaçu, que representou sua trajetória de luta e de persistência.

Finalizamos esta história de vida com a letra do Xote das Quebradeiras de Coco, do poeta João Abelha, que foi entoado no cortejo de Telmira.

## **XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO**

[refrão:]

Ei! Não derruba esta palmeira  
Ei! Não devora os palmeirais.  
Tu já sabes que não pode derrubar,  
precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza,  
é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.  
Por que da palha só se faz casa pra morar  
Já é meio de ajudar a maior população.

Se faz óleo pra temperar a comida,  
é um dos meios de vida pros fracos de condição  
Reconhecemos o valor que o coco tem,  
a casca serve também pra fazer o carvão.

Com óleo de coco, as mulheres caprichosas  
fazem comidas gostosas de uma boa estimação  
Merece tanto seu valor classificado que,  
com óleo apurado, se faz o melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu,  
da madeira faz papel ainda aduba o nosso chão  
Talo de coco também é aproveitado,  
faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão  
A massa serve pra alimentar o povo.

Tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção  
Para os pobres, este coco é meio da vida  
Pisa no coco, Margarida! E bota leite no capão.

Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!  
Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão.  
Lutemos juntas com coragem e com amor  
Pra o governo dar valor a esta nossa profissão.

Santa Maria é a nossa companheira  
Grande força verdadeira que protege esta nação  
Que fortalece a nossa luta pouco a pouco  
E a mulher que quebra o coco pede a sua proteção.

# IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DOS BOLSISTAS DA LEDOC

João Vitor de Andrade Santos  
Sabrina Santos Moreira  
Graduandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA)

A formação inicial é a base para a vida docente, pois é nessa fase da vida do acadêmico que se tem contato com a experiência em sala de aula, bem como preparo para os desafios que serão impostos ao longo da docência. Diversos autores discutem esse tema, como Pimenta e Lima (2019), Libâneo e Pimenta (1999), Cunha (2016), Gatti (2014), Fischman e Sales (2010), Nóvoa (2017), dentre outros.

Nóvoa (2017, p.1111) afirma que “estamos perante um momento crucial da história dos professores e da escola pública. Precisamos repensar, com coragem e ousadia, as nossas instituições e as nossas práticas. A formação de professores é um problema político, e não apenas técnico ou institucional”.

A discussão sobre a formação é necessária para que se busque ações concretas com vistas à complexidade da docência, pois esse é um tema que exige constante estudo, com intencionalidade e organização, de maneira a maximizar o desenvolvimento humano por meio da apropriação do conhecimento científico acessível a todos os alunos (Mello; Arrais, 2021). Em razão disso, essa discussão carece de aprofundamento, não podendo ser feita de forma superficial e com esvaziamento teórico.

O estudo sobre a formação docente deve ser uma ferramenta contra hegemônica que busque potencializar a docência, preparando profissionais capacitados e preparados para a complexidade da educação básica no Brasil.



A presença de interesses dominantes, objetiva lucrar com a formação desqualificada ou precarizada dos docentes. Assim, passa a ser uma estratégia dos governantes a oferta de ações estanques e cursos emergenciais isolados de cunho muito mais compensatório do que formativo, como sinônimos de bom preparo técnico e pedagógico do professor (Mello; Arrais, 2021, p. 507)

A escolha em discutir os Programas PIBID e Residência Pedagógica justifica-se por estarem em vigor nas Universidades, diante dos impactos e abrangência que os caracterizam, já que em 2020, “cada programa ofereceu 30.096 bolsas que beneficiaram mais de 60 mil alunos de licenciatura” e “302 instituições de ensino superior” (BRASIL, 2020a).

Por isso, importante compreender melhor as contribuições desses programas para a formação dos bolsistas do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), uma graduação que veio por meio de lutas do homem e da mulher do campo em busca de um ensino de qualidade que considere a sua realidade social, cultural, econômica e política. Sendo assim, Rocha (2011) afirma que foram vários desafios que os movimentos sociais enfrentaram para se chegar à implantação das Licenciaturas em Educação do Campo, iniciadas pelos cursos de Pedagogia da Terra, tendo como objetivo a formação de docentes para as escolas do campo (Pereira *et al*, 2020).

Para a real compreensão da dimensão do PIBID e PRP na formação docente e sobre a implementação desses programas de forma a contribuir positivamente para a melhoria da Educação do Campo, os pesquisadores realizaram uma roda de conversa medida por meio de um questionário destinado aos professores coordenadores dos respectivos programas, a profa. Dra. Sandra Regina de Sousa Cardoso (PIBID) e o prof. Dr. Adriano Santana Soares (PRP).

## **01.** Quais as vantagens dos programas de formação inicial PIBID e PRP para a Educação do Campo?

**Professora Sandra Cardoso:** O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes em fase inicial dos cursos de licenciatura, a aproximação com a prática docente

na Educação Básica. Consiste numa Política Nacional de Formação de Professores pertencente ao Ministério da Educação (MEC). Assim, o PIBID tem se constituído como uma grande mola propulsora para os cursos de licenciatura. Tem permitido que os discentes bolsistas tenham aproximação direta com o objeto de interesse, a docência, aproximando universidade e escolas e, sobretudo, possibilitando e ampliando a conexão entre teoria e prática. O programa favorece a formação inicial do futuro professor e a sua identidade docente.

No contexto da Licenciatura em Educação do Campo, vai além da aproximação escola e universidade, mas aproxima está às comunidades campesinas, onde os estudantes das escolas-campos, beneficiadas com o programa, estão inseridos. Assim, o PIBID contribui tanto para a formação inicial e continuada dos bolsistas, como também os insere no segmento da extensão, uma vez que realizam projetos de intervenção.

**Professor Adriano Santana:** Os programas PIBID e RP são de fundamental importância para a formação de qualquer licenciando, sobretudo para o discente de Educação do campo. Tratando de maneira mais específica sobre a RP, ela oportuniza ao estudante um acompanhamento mais direto com um professor orientador e um professor preceptor. Os dois, atuando de maneiras diferentes, mas complementares, oportunizam ao licenciado um acompanhamento mais robusto do que o acompanhamento do estágio.

## **02. Como os programas ajudam os bolsistas na identificação com a regência em escolas do campo?**

**Professora Sandra Cardoso:** O PIBID não inclui a regência em sala de aula em si, mas proporciona aos bolsistas um mergulho no contexto escolar, vivenciando suas dificuldades e percebendo os desafios da carreira docente. Dentro do Programa, um dos aspectos que permite os estudantes serem protagonistas no processo de ensinar, são as monitorias, que consistem no acompanhamento dos estudantes da escola pelos bolsistas, contribuindo para minimizar as dificuldades e dúvidas em alguns componentes curriculares. Esta etapa do programa é muito valiosa para bolsistas, estudantes e a escola, pois os futuros licenciados em educação do campo têm a oportunidade de sugerir e aplicar metodologias ativas e estimulantes para o ensino e a aprendizagem efetiva.



**Professor Adriano Santana:** Como parte da formação inicial do licenciado em educação do campo, os programas possibilitam a prática das teorias relacionadas à educação do campo, que vêm sendo trabalhadas a partir do primeiro período do curso. Não há uma quebra ou reinício, mas uma continuidade do processo de ensino e aprendizagem que vem sendo abordado ao longo de todos os períodos.

## **03. Quais as vantagens e melhorias proporcionadas pelos bolsistas às escolas do campo?**

**Professora Sandra Cardoso:** Pelo aqui exposto, resumidamente, podemos afirmar que o Programa contribui fortemente para a melhoria na qualidade da educação básica no campo, uma vez que permite o aprofundamento dos bolsistas acerca dos conhecimentos acadêmicos e contribui para que eles desenvolvam práticas pedagógicas estimulantes e apropriadas para a aprendizagem dos estudantes. Levam em conta as necessidades reais dos estudantes, suas dificuldades e a realidade em que estão inseridos. Além das atividades próprias do programa, os bolsistas também se envolvem nas atividades realizadas pela escola, levando sempre grandes contribuições. Além disso, uma vez atuando em parceria com supervisores (professores da educação básica) e, até mesmo, com a gestão escolar, também contribui e proporciona o “re-pensar” da prática educacional desses profissionais, muitas vezes, com muito tempo na estrada e que vislumbram a presença dos bolsistas e as sugestões e práticas por eles realizadas.

**Professor Adriano Santana:** Inúmeras são as vantagens que os bolsistas proporcionam às escolas que atuam. Podemos citar alguns exemplos, como monitorias, atividades práticas de ensino, haja visto o comprometimento e o trabalho conjunto de toda a equipe. As aulas são planejadas, tendo em vista a disponibilidade de tempo para tal ação.

## **04. Como está sendo sua experiência como coordenador de área?**

**Professora Sandra Cardoso:** Coordenar o PIBID é uma grande oportunidade de aperfeiçoamento profissional, como docente da UFPI, e delega grande responsabilidade e encargos. Tem sido uma experiência valiosa, grandiosa, mas, sobretudo, gratificante. É muito especial perceber a evolução dos discentes bolsistas. Nas reuniões e conversas durante as visitas às escolas, é notável o crescimento e amadurecimento deles, sobretudo daqueles que têm atuado com grande comprometimento. Crescimento em todos os sentidos: na qualidade da escrita dos relatórios, no desempenho na escola e na apropriação como sujeitos protagonistas no processo de ensino e aprendizagem, na criatividade, iniciativa ao sugerir as intervenções nas escolas, na percepção deles no contexto da educação campesina e nas produções realizadas. O programa encerra em abril de 2024, mas já ouvi algumas falas de bolsistas de como o programa tem contribuído para o seu desempenho na escola e muitos já vislumbram, com muito carinho, a carreira docente. Muito embora nem sempre seja possível fazer presença nas escolas-campo contempladas com a atual versão do programa (EFA Soinho, Teresina; EFA Cocais, São João do Arraial; e Escola Pio XII, Miguel Alves), é possível orientar e acompanhar as atividades realizadas por discentes com a supervisão direta dos supervisores.

**Professor Adriano Santana:** Excelente! Tem sido um campo de aprendizado, uma vez que o programa tem várias faces, e uma das que mais me agrada é a proximidade que ele me proporciona com a escola básica. Embora seja essencial que o professor que forma professores para atuar na escola básica conheça a “escola”, o programa proporciona-me isso de maneira natural e clara. Outra face que me agrada é a de laboratório, ou seja, é possível pesquisar o ensino e a prática de ensino.

#### **05. Como os eventos potencializam a vida acadêmica durante o período dos programas?**

**Professora Sandra Cardoso:** Os eventos científicos nos quais os estudantes participam durante o período do programa contribuem imensamente para o crescimento deles. Podem participar de diversos eventos, porém o ENID (Encontro de Iniciação à Docência) é o evento próprio para a culminância do programa e socialização dos resultados conquistados pelos núcleos e acontece dentro do SIUFPI (Seminários Integrados da UFPI). A partir das atividades que eles realizam dentro do programa, fazem produção científica (resumos expandidos) para, posteriormente, serem apresentados nos eventos e, assim, possibilitam o aperfeiçoamento na escrita e oralidade deles. Por outro lado, têm a oportunidade de aprender com as palestras e com a socialização dos trabalhos apresentados pelos bolsistas dos demais núcleos (outros cursos de licenciatura). Os eventos proporcionam momentos de interação e troca de saberes. O Seminário Integrador da LEdoC também constitui um espaço de socialização dos resultados alcançados com o Programa PIBID.

**Professor Adriano Santana:** Estimula a produção e divulgação de trabalhos acadêmicos.

#### **06. Qual sua avaliação à participação dos bolsistas da LEdoC no ENID e SERP, respectivamente?**

**Professora Sandra Cardoso:** A participação dos bolsistas do PIBID do núcleo de Educação do Campo/Teresina durante o ENID foi imensamente positiva. Tivemos dez trabalhos apresentados e que serão publicados nos Anais no evento. Dentre os temas trabalhados, tivemos: A importância da experimentação e das feiras de ciências no contexto da Ciências da Naturais nas escolas campesinas, Jogos didáticos para o ensino de química, vislumbrando minimizar dificuldades com alguns conteúdos, como exemplo a tabela periódica, Revitalização de horta escolar, com enfoque agroecológico, como contribuição na alimentação e como recurso pedagógico, Importância do processo de desidratação e conservação de hortaliças e medicinais para a escola e comunidade, Reutilização da água para os processos de fertirrigação agrícola, Relatos de experiências acerca das etapas do Programa PIBID (ambientação, imersão e monitorias), bem como relato acerca das contribuições do Programa para o futuro educador do campo, Trabalhando a dificuldade de leitura e escrita de estudantes, com a utilização de um tema fundamental e urgente nas escolas e na sociedade: a questão racial! Este último trabalho, intitulado “PIBID, leitura e consciência negra: trabalhando as dificuldades de estudantes da unidade escolar Pio XII, Miguel Alves, PI”, desenvolvido pelas estudantes Daniela Paiva dos Santos e Judite Lima Ferreira, na escola Pio XII, em Miguel Alves, PI, foi um dos trabalhos premiados no ENID 2023. Importa



salientar que foram produzidos e apresentados quase 600 resumos durante o ENID, e a LEdoC Teresina teve destaque com essa premiação. Isso é motivo de orgulho, satisfação e celebração! Aqui expresso minha gratidão e parabéns a todos os bolsistas e supervisores pelo empenho e, como coordenadora de área e conhecedora de cada trabalho, enfatizo que todos os demais são produções importantes e dignas de premiação e louvor, trazendo contribuições para o PIBID e para a Educação do Campo.

**Professor Adriano Santana:** A melhor possível. Em outras palavras, excelente! Foi um momento de grande aprendizado para todos os bolsistas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **PIBID–Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasília, 3 set. 2008, atualização em 6 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FISCHMAN, G. E.; SALES, S. R. Formação de professores e pedagogias críticas. É possível ir além das narrativas redentoras? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p.1-20, jan./abr. 2010.

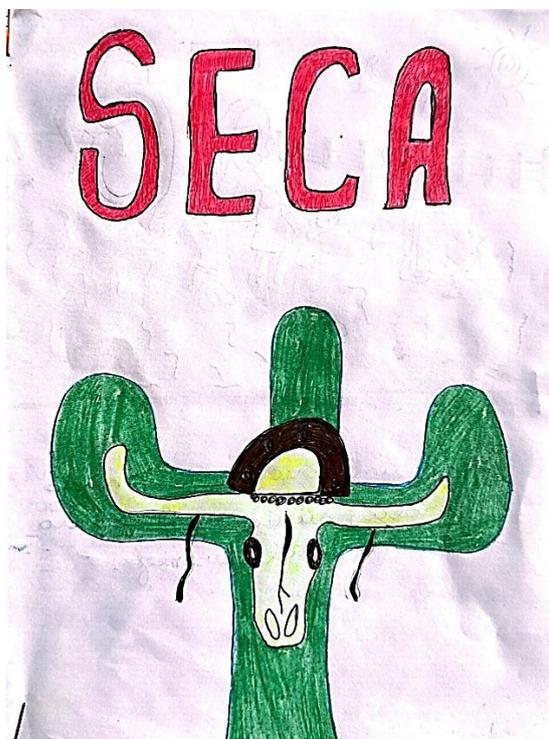
LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf> . Acesso em: 05 dez. 2023.

MELLO, D. E.; ARRAIS, L. F. L. Os programas PIBID e residência pedagógica: em discussão a formação do professor da educação básica. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 506–531, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i35.5386. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5386>. Acesso em: 10 dez. 2023.

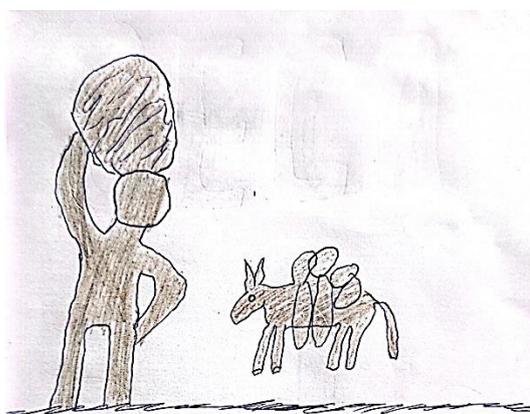
NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PEREIRA, A. J. S.; RIBEIRO, V. L. S. A.; SILVA, I. P. M. T.; COSTA, M.F.; BORGES, L. Alves. Residência pedagógica e suas perspectivas na educação do campo. **Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 7, n. Especial-2, p. 42–44, 2020. DOI: 10.20873/uftsupl2020-8819. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8819>. Acesso em: 10 dez. 2023.

## SEÇÃO 07



Em um povoado chamado Marabá, vivia uma população em total desprezo.



Nesse lugar, não tinha educação, saúde, segurança e, principalmente, água.

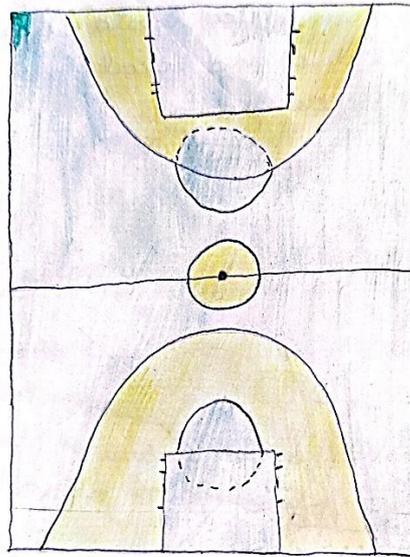
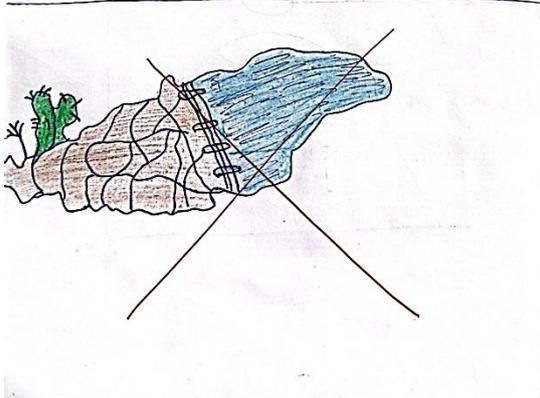
Isto é, até chegar ao período eleitoral.



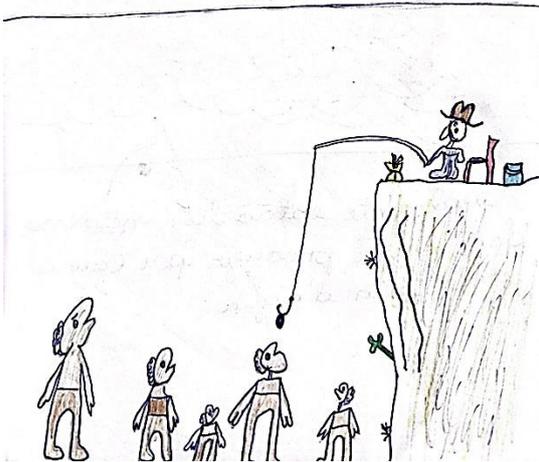
Nessa época, o prefeito é amigo de todos.

Promete "mundos e fundos". É a população "matuta" acredita em tudo, até mais uma vez serem esquecidos.

Para piorar a situação, veio com uma ideia "besta", que é que faltava no local era uma quadra de futsal.



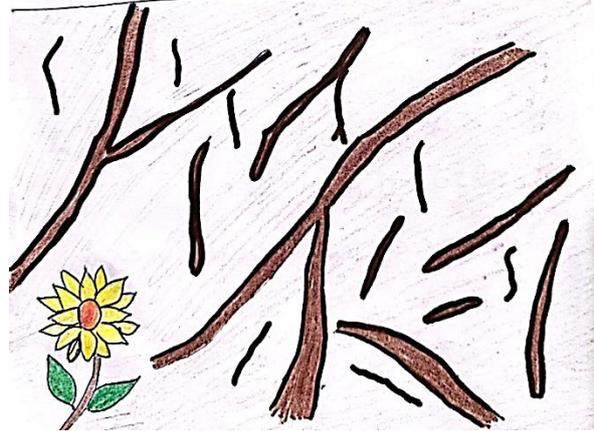
Armeado todo um polanco, levou todos os secretários, sponemys, e acabou esquecendo, novamente, a água para a população.



Atualmente estão lá, não podem nem produzir por causa da falta d'água.



Entretanto, mesmo em meio a tanta desigualdade, o povo permanece esperançoso que um dia tudo irá mudar.



Acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

